



UNILEÃO
Centro Universitário

PROJETO PUBLICAÇÃO NA GRADUAÇÃO

**LIVRO: UNILEÃO PREPARA PARA O
EXAME DE SUFICIÊNCIA DO CONSELHO
FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC)**

**JUAZEIRO DO NORTE – CE
2017**

AUTORES

Coordenadora:

Prof.^a Lis Mendes Pinheiro de Miranda Parente
lisparente@leaosampaio.edu.br

Professores Colaboradores:

Prof.^a. Ana Marília Barbosa Sampaio
marilia@leaosampaio.edu.br

Prof. Agenor Campos Barreto Júnior -
agenorjunior@leaosampaio.edu.br

Prof. Antonio Raniel Silva Lima
rael@leaosampaio.edu.br

Prof. Herminig Everson Matos Queiroz -
everson@leaosampaio.edu.br

Prof. Paulo Dias da Silva
paulosaid@yahoo.com.br

Prof.^a. Suyana Silvestre Bezerra
suyana@leaosampaio.edu.br

Prof.^a. Tays Cardoso Dias
taysdias@leaosampaio.edu.br

Igor Morais Landim Leite
Designer

Víctor Marcel Gonçalves Oliveira
Revisor Ortográfico

ALUNOS PARTICIPANTES

Alcely de Oliveira Vigário
Ana Klébia Cabral Soares Fernandes
Ana Maria Monte de Lavor
Ângela Gabriela Ferreira dos Santos
Antonia Sandra de Oliveira Pinho
Antonio Erick Alves Sampaio
Antonio Ferreira da Silva
Bárbara Sisnando Batista
Carlos Samuel Carvalho Costa
Cicero Silva de Oliveira Júnior
Daniel Ferreira das Chagas
Dayanna Malaquias de Sousa E Silva
Diego Luciano Nunes Macedo da Silva
Edycler Jefferson Teles de Sousa
Elídio de Lima Ramos
Emílio Bezerra Neto
Fabio Alencar de Figueiredo
Filipe de Souza Silva
Francisca Sintia de Oliveira Sousa
Francisco Dércio de Alencar
Geniara Luis de Sales
Gisele Alves Damasceno
Jefferson Salú Galvão
Jéssica Ferreira dos Santos

João Eudes Souza Pereira
Joselita Luana Rodrigues Romão
Kivia Kaline Bezerra de Matos
Lucas Antonio Oliveira Gonçalves
Lucas da Costa Silva
Luiz Pinheiro Gonzaga Neto
Luiza Beatriz de Souza Barros
Maria Alessa Moura dos Santos
Maria Daniela Neto
Marla Samile Ferreira Amorim
Monalisa Maria do Nascimento Alves
Paulo Henrique Souza Meneses
Rafael Deibth dos Santos
Rafaela Maria da Conceição
Railce Gonçalves da Silva
Raimundo Fernandes de Moraes
Raynara de Sousa Leite
Thallyson Thiago Lopes de Souza
Tiago Alves dos Santos
Valgleuda Alencar da Silva
Vinnício Renan Ferreira Gomes

APRESENTAÇÃO

O livro **UNILEÃO PREPARA PARA O EXAME DE SUFICIÊNCIA DO CFC** foi elaborado por professores e alunos do 8º semestre do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio para estudantes, profissionais e pesquisadores de áreas afins que desejam ser aprovados no Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com o intuito de facilitar o aprendizado e ajudar ao alcance dos seus objetivos.

A presente obra foi redigida na disciplina de Tópicos Avançados, buscando atender aos pilares da sustentabilidade, através de plataformas online de pesquisa, comunicação e desenvolvimento do projeto, sem a necessidade de uso de papel durante o seu desenvolvimento e revisão, e a partir de 3 premissas didáticas que julgamos ser de fundamental importância para todo estudante:

1. Questões comentadas, alternativa por alternativa, incluindo as incorretas.
2. Questões de provas do Exame de Suficiência do CFC e concursos do ano de 2015.
3. Questões organizadas e separadas por assunto.

Bons estudos!



Sumário

QUESTÃO 01 A 10 - CONTABILIDADE FINANCEIRA	5
QUESTÃO 11 A 20 - CONTABILIDADE DE CUSTOS, GERENCIAL E CONTROLADORIA.....	20
QUESTÃO 21 A 30 - CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO.....	43
QUESTÃO 31 A 40 - MATEMÁTICA FINANCEIRA E ESTATÍSTICA.....	54
QUESTÃO 41 A 50 - ESTRUTURA E ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	66
QUESTÃO 51 A 60 - ÉTICA E LEGISLAÇÃO PROFISSIONAL E LEGISLAÇÃO TRABALHISTA.....	79
QUESTÃO 61 A 70 - LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	90
QUESTÃO 71 A 80 - TEORIA E NORMAS DE CONTABILIDADE.....	105
QUESTÃO 81 A 90 - AUDITORIA E PERÍCIA	120
QUESTÃO 91 A 100 - PORTUGUÊS.....	132

QUESTÃO 01 A 10 - CONTABILIDADE FINANCEIRA

Assuntos abordados:

- Aspectos conceituais da contabilidade
- Princípios Contábeis
- Os grupos patrimoniais segundo a lei nº 6.404/76
- Equação fundamental do patrimônio
- Formação do resultado do exercício
- Operações com mercadorias
- Patrimônio Líquido
- Demonstrações Contábeis



QUESTÃO 1 (Exame de Suficiência 2015.2)

Uma Sociedade Empresária apresentou, em 31.12.2014, os seguintes saldos, após o encerramento e destinação do resultado do período:

Contas	Total
Contas Saldos Ações de Emissão Própria em Tesouraria	R\$1.000,00
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	R\$28.000,00
Caixa e Equivalente de Caixa	R\$17.000,00
Capital a Integralizar	R\$15.000,00
Capital Subscrito	R\$110.000,00
Depreciação Acumulada	R\$14.000,00
Duplicatas a Receber	R\$31.000,00
Edificações de Uso	R\$50.000,00
Estoques de Mercadorias para Revenda	R\$64.000,00
Fornecedores de Curto Prazo	R\$47.000,00
ICMS a Recolher	R\$25.000,00
Investimentos Avaliados pelo Método da Equivalência Patrimonial	R\$42.000,00
Reserva Legal	R\$13.000,00
Reservas Estatutárias	R\$29.000,00
Salários e Encargos a Pagar	R\$22.000,00
Terrenos para Uso	R\$12.000,00

Com base nessas informações, o total do Patrimônio Líquido, em 31.12.2014, é de:

- a) R\$167.000,00.
- b) R\$166.000,00.
- c) R\$138.000,00.
- d) R\$136.000,00.

RESOLUÇÃO:

A questão pede o valor total do patrimônio líquido da empresa em 31.12.2014, dessa forma, serão identificadas as contas que compõem o patrimônio líquido:

- Ações de emissão própria em tesouraria é uma conta retificadora que diminui o patrimônio líquido no valor de (R\$1.000,00)
- Capital a integralizar também é uma conta retificadora que diminuirá o patrimônio líquido no valor de (R\$ 15.000,00)
- Capital subscrito (R\$ 110.000,00), Reserva legal (R\$ 13.000,00), Reserva estatutária (R\$ 29.000,00)

Saldo Total do Patrimônio Líquido

Contas Saldos Ações de Emissão Própria em Tesouraria	R\$ (1.000,00)
Capital a Integralizar	R\$ (15.000,00)
Capital Subscrito	R\$ 110.000,00
Reserva Legal	R\$ 13.000,00
Reservas Estatutárias	R\$ 29.000,00
Total do Patrimônio Líquido	R\$ 136.000,00

RESPOSTA CORRETA: LETRA “D”.

QUESTÃO 2 (Exame de Suficiência 2015.1)

Assinale a opção que apresenta uma transação que retrata um lançamento contábil gerador de aumento no Ativo e no Passivo, simultaneamente.

- a) Aquisição a vista de mercadorias para revenda.
- b) Compra de um veículo a prazo.
- c) Pagamento de salários de funcionários.
- d) Reconhecimento de depreciação.

RESOLUÇÃO:

Alternativa A:

D- Estoque de Mercadoria

C- Caixa

Apenas contas do ativo, e nesse caso o ativo permanece com o mesmo valor, porque apenas tira o valor do caixa e coloca em estoque.

Alternativa B:

D- Veículo

C- Contas a pagar

A empresa comprou um carro a prazo, assim, aumenta seu Ativo Imobilizado e cria uma obrigação aumentando seu Passivo.

Alternativa C:

D- Salários a pagar

C- Caixa/Banco

A empresa pagou uma obrigação, assim, diminuiu seu Ativo e Passivo.

Alternativa D

D- Despesa com depreciação

C- (-) Depreciação acumulada

A empresa reconheceu a depreciação do mês e assim aumentou sua despesa e diminuiu seu Ativo.



RESPOSTA CORRETA: LETRA “B”.

QUESTÃO 3 (Exame de Suficiência 2015.1)

Uma determinada indústria iniciou suas atividades em fevereiro de 2015 e apresentou os seguintes dados, em 28.2.2015:

Depreciação do equipamento de produção	R\$ 700,00
Mão de Obra indireta	R\$9.400,00
Custos indiretos consumidos na fábrica	R\$12.530,00
Estoque final de matérias-primas	R\$15.600,00
Mão de obra direta	R\$18.800,00
Estoque final de produtos acabados	R\$25.300,00
Matérias-primas compradas	R\$37.600,00

Considerando o Custeio de Absorção e que não havia outros saldos, o valor de matéria-prima consumida no período é de:

- a) R\$ 15.600,00
- b) R\$ 22.000,00
- c) R\$ 37.600,00
- d) R\$ 63.400,00

RESOLUÇÃO:

A questão pede o valor da matéria-prima consumida. Assim, analisaremos quanto tinha, quanto que foi comprado e quanto que ficou de matéria-prima. Só assim saberemos o total que foi consumido.

Dados referentes à matéria-prima:

Estoque Inicial de Matérias-Primas: 0,00

Matérias-Primas compradas: 37.600,00

Estoque Final de Matérias-Primas: 15.600,00

Consumo de Matérias-Primas = 22.000,00

Não existe saldo inicial de matérias-primas, temos apenas os valores da compra e o valor do saldo final, o qual foi comprado, menos o que ficou, encontrando o que foi consumido.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “B”.

QUESTÃO 4 (Exame de Suficiência 2015.1)

De acordo com a lei nº, 6.404/76 e suas alterações, em relação ao conteúdo das notas explicativas, julgue os itens abaixo e em seguida assinale a opção **CORRETA**.

I. As notas explicativas não poderão evidenciar as políticas contábeis da empresa, quando estas já tiverem sido apresentadas no relatório da administração.

II. As notas explicativas devem apresentar informações sobre a base de preparação das demonstrações financeiras e das práticas contábeis específicas selecionadas e aplicadas para negócios e eventos significativos.

III. As notas explicativas devem apresentar informações adicionais não indicadas nas próprias demonstrações financeiras e consideradas necessárias para uma apresentação adequada.

Estão **CORRETOS** os itens:

- a) I e II, apenas
- b) I e III apenas
- c) I, II, III
- d) II e III apenas

RESOLUÇÃO:

A Lei 6404/76

Art. 176:

§ 5º. As notas explicativas devem: (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)

I – apresentar informações sobre a base de preparação das demonstrações financeiras e das práticas contábeis específicas selecionadas e aplicadas para negócios e eventos significativos; (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

II – divulgar as informações exigidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil que não estejam apresentadas em nenhuma outra parte das demonstrações financeiras; (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

III – fornecer informações adicionais não indicadas nas próprias demonstrações financeiras e consideradas necessárias para uma apresentação adequada; e (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

Art. 243. O relatório anual da administração deve relacionar os investimentos da companhia em sociedades coligadas e controladas e mencionar as modificações ocorridas durante o exercício.

A lei prevê que o relatório da administração deve relacionar os investimentos da companhia em sociedades coligadas e controladas e menciona as modificações ocorridas durante o exercício, assim o item I está incorreto, já a lei não prevê sobre o relatório da administração em relação as notas explicativas. Já o item II e III está claro e explicitado na lei 6404/76 em seu artigo 176.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “D”.

QUESTÃO 5 (Exame de Suficiência 2015.2)

Em relação à demonstração das mutações do patrimônio líquido – DMPL, julgue os itens abaixo como verdadeiros (V) ou falsos (F) e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**.

I. A demonstração das mutações do patrimônio líquido – DMPL é uma demonstração de apresentação obrigatória pela lei das sociedades por ações.

II. A demonstração das mutações do patrimônio líquido – DMPL poderá substituir a demonstração de lucros e prejuízos acumulado – DLPA, pois as informações apresentadas na DLPA fazem parte da DMPL.

III. A demonstração das mutações do patrimônio líquido – DMPL evidencia quais as contas sofreram alterações e os respectivos montantes, que deram origem as transformações ocorridas no patrimônio líquido.

IV. A demonstração das mutações do patrimônio líquido – DMPL deve evidenciar apenas as alterações ocorridas no patrimônio líquido relativas à parte dos acionistas não controladores.

A sequência **CORRETA** é:

- a) F, V, F, V.
- b) F, V, V, F.
- c) V, F, F, V.

d) V, F, V, F.

RESOLUÇÃO:

I. Falso - A demonstração das mutações do patrimônio líquido não é uma demonstração obrigatória, é facultativa.

II. Verdadeiro - A DMPL demonstra todas as contas contidas no patrimônio público, inclusive as informações apresentadas na DLPA, podendo assim substituir a mesma.

III. Verdadeiro - A DMPL evidencia as contas que sofrem alterações e os valores que deram origem ao patrimônio líquido. As transformações são as mutações; aumentou, diminuiu valor de conta no patrimônio líquido? É isso que a DMPL evidencia. E os saldos que são alterados com essas mudanças de valores, conforme o tempo passa, as contas mudam de valor, conforme os débitos e crédito.

IV. Falso - A DMPL deve evidenciar tanto as alterações do patrimônio líquido relativos à parte do acionista controlador, como dos demais.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “B”.

QUESTÃO 6 (Exame de Suficiência 2015.2)

Uma Sociedade Empresária apresentou os seguintes dados que foram extraídos de sua contabilidade

Estoque em 31.12.2013	R\$140.000,00
Estoque em 31.12.2014	R\$0.000,00
Saldo de Fornecedores em 31.12.2013	R\$60.000,00
Saldo de Fornecedores em 31.12.2014	R\$20.000,00
Custo das Mercadorias vendidas	R\$40.000,00

A movimentação do estoque é composta por compras e baixa por vendas. Todas as compras foram efetuadas a prazo. A movimentação de fornecedores corresponde á contrapartida de compras e pagamentos. A demonstração dos fluxos de caixa é elaborada pelo método direto.

- a) R\$40.000,00
- b) R\$60.000,00
- c) R\$410.000,00
- d) R\$450.000,00

RESOLUÇÃO:

A Demonstração do Fluxo de Caixa apresenta dados de entradas e saídas do caixa de uma empresa. Pode ser apresentada de método direto e indireto. Sendo que o método direto fornece informações que evidencia de forma mais detalhada as movimentações.

A questão pede o que foi pago aos fornecedores, Temos que descobrir quanto a empresa comprou de estoque. Para descobrir quanto a empresa comprou, vamos usar duas maneiras, usando a fórmula do CMV ou apenas fazendo por lógica. Assim:

Sabemos que o CMV do ano da empresa foi de 470.000,00, contudo desse valor 140.000,00, não foram compradas neste exercício, pois a empresa possuía saldo inicial de estoque. Ao final a empresa ficou ainda com 80.000,00 de saldo final, ou seja, comprou mais esse valor. Agora podemos usar a fórmula do CMV.

$CMV = EI + C - EF$: Custo da Mercadoria Vendida = Estoque Inicial + Compras - Estoque Final.

$$470.000,00 = 140.000,00 + C - 80.000,00$$

Descobrimos o valor das compras:.

$470.000,00 - 140.000,00 + 80.000,00 = C$ (Então agora só fazer as contas)

$C = 410.000,00$ (Este é o valor das compras, não é o resultado ainda).

Pagamento aos fornecedores:

$\text{Pagamento} = \text{Fornecedores 2013} + \text{Compras} - \text{Fornecedores 2014}$

$\text{Pagamento} = 60.000,00 + 410.000,00 - 20.000,00$

$\text{Pagamento} = 450.000,00$

RESPOSTA CORRETA: LETRA “D”.

QUESTÃO 7 (Exame de Suficiência 2015.1)

Em relação aos efeitos contábeis referentes aos registros das transações de uma empresa no mês de fevereiro de 2015, julgue os itens abaixo como verdadeiros (V) ou Falso (F) e, seguida, assinale a opção **CORRETA**.

I. O pagamento do aluguel do mês anterior, na data de vencimentos, diminuiu o ativo e o passivo e não gerou nenhuma mudança no patrimônio líquido.

II. A compra à vista de mercadoria não alterou o total do ativo, não alterou o total do passivo e não gerou nenhuma mudança no PL.

III. A aquisição de ações de emissão da própria empresa, à vista, diminuiu o Ativo, não alterou o passivo exigível e aumento do patrimônio líquido.

A sequência Correta é:

- a) F,F,V
- b) F,V,F
- c) V,F,V
- d) V,V,F

RESOLUÇÃO:

I - A empresa pagou um aluguel do mês anterior diminuindo o Ativo e Passivo. Esse aluguel foi lançado no fim do mês anterior como Despesa de aluguel, não envolvendo nenhuma conta de Resultado;

Reconhecimento Mês Anterior

D - Despesa com Aluguel

C - Aluguéis a Pagar

Pagamento do Aluguel

D - Aluguel a Pagar

C - Caixa/Banco

Item I Verdadeiro

II - Comprando mercadorias à vista, o Ativo não sofre variação, pois o valor que sai do Caixa vai para o Estoque, e nem envolve Passivo ou PL.

D - Estoque

C - Caixa

Item II Verdadeiro

III - Aquisições de Ações Próprias à vista, diminui o Ativo, não envolve o Passivo, pois é uma conta de PL, e não aumenta o PL, sim diminui. É uma conta Retificadora do PL, chamada Ações em Tesouraria. É quando uma empresa compra suas próprias ações no Mercado.

D - (-) Ações em Tesouraria

C - Caixa

RESPOSTA CORRETA: LETRA "D".

QUESTÃO 8 (Exame de Suficiência 2015.2)

De acordo com a resolução nº750/93, com redação dada pela resolução CFC nº1.282/10, relacione os princípios de Contabilidade, elencados na primeira coluna, com a respectiva descrição, apresentada na segunda coluna, e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**.

1. Princípio da competência
2. Princípio da entidade
3. Princípio da oportunidade

() Refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.

() O reconhecimento de receitas e despesas deve ocorrer nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento

() Reconhece o patrimônio como objeto da contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a diferenciação de um patrimônio particular, entre outros patrimônios existentes.

A sequência Correta é:

a) 3,1,2

b) 1,2,3

c) 2,1,3

d) 1,2,3

RESOLUÇÃO:

A Resolução CFC nº 750/93, com redação atualizada pela Resolução CFC nº 1.282/10 diz que:

Princípio da entidade: Art. 4º O Princípio da ENTIDADE reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, o Patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.

Princípio da oportunidade: Art. 6º O Princípio da Oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.

Princípio da competência: Art. 9º O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “A”.

QUESTÃO 9 (Exame de Suficiência 2015.2)

Em relação à Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**.

I. A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL é uma demonstração de apresentação obrigatória pela Lei das Sociedades por Ações.

II. A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL poderá substituir a Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados – DLPA, pois as informações apresentadas na DLPA fazem parte da DMPL.

III. A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL evidencia quais contas sofreram alterações e os respectivos montantes, que deram origem às transformações ocorridas no Patrimônio Líquido.

IV. A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL deve evidenciar apenas as alterações ocorridas no Patrimônio Líquido relativas à parte dos acionistas não controladores.

A sequência **CORRETA** é:

- a) F, V, F, V.
- b) F, V, V, F.
- c) V, F, F, V.
- d) V, F, V, F.

RESOLUÇÃO:

I - Falso, a DMPL não é uma demonstração obrigatória.

II - Correta.

III - Correta.

IV - Errada, ela não deve apenas evidenciar os não controladores. Ela deve demonstrar tudo, os controladores e os não controladores, ou seja, o PL como um todo.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “B”.

QUESTÃO 10 (Exame de Suficiência 2015.2)

Um posto de combustível comercializa, por mês, aproximadamente 100.000 litros de etanol. Em determinado momento, constatou um índice de evaporação de 0,5 desse produto. O conselho Nacional do Petróleo considera normal um índice de até 0,6% de evaporação.

Segundo a NBC TG 16(R1) – Estoques, o valor decorrente da evaporação, é considerado:

- a) Um desperdício e não pode ser contabilizado, exceto por determinação judicial.
- b) Um passivo a ser reembolsado pelo fornecedor, visto que a evaporação é conhecida até pelo Código Tributário Nacional.
- c) Uma perda de operações descontinuadas, e só pode ser contabilizada no período em que for formalmente confirmada a evaporação, por meio de medição.
- d) Uma redução no resultado do período, visto que a evaporação é considerada normal e deve ser baixada do estoque periodicamente.

RESOLUÇÃO:

De acordo com a NBC TG 16 - Estoques

Quando vendidos os estoques, o custo desses produtos tem que ser reconhecido como despesa do período em que a receita é reconhecida. Qualquer quantia reduzida dos estoques para o valor realizável líquido e todas essas perdas tem que ser reconhecidas como despesa do período em que houve a perda ou redução que ocorreram. O total de toda reversão de redução de estoques, oriundo de aumento no valor realizável líquido, eles devem ser

registrados como a redução do produto na qual foi fornecida a despesa ou perda, no período em que o processo ocorrer.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “D”.



QUESTÃO 11 A 20 - CONTABILIDADE DE CUSTOS, GERENCIAL E CONTROLADORIA

Assuntos abordados:

- Custos (nomenclatura, classificação, elementos de custos de produção)
- Sistemas de acumulação e de custeio e métodos de custeio
- Apuração de custos de produção
- Atribuição de custos indiretos de fabricação aos produtos
- Custo padrão
- Análise custo-volume-lucro
- Fixação de preço de venda com base em custo



QUESTÃO 11 (Exame de Suficiência 2015.1)

Uma determinada indústria fabrica dois produtos: A e B. No mês de fevereiro de 2015, a indústria incorreu em Custos Indiretos de Fabricação no total de R\$ 15.000,00. Nesse mesmo mês, foram produzidas 2.000 unidades de cada produto. Para produzir o produto A, foram consumidas 3.000 horas/máquina e, para produzir o produto B, foram consumidas 7.000 horas/máquina. Os Custos Indiretos de Fabricação são apropriados aos produtos, com base nas horas/máquina consumidas. Os custos variáveis de cada um dos produtos são de R\$ 5,00 por unidade.

Considerando os dados acima, o custo unitário total do produto A, calculado pelo Custeio por Absorção, no mês de fevereiro, é de:

- a) R\$ 7,25
- b) R\$ 7,50
- c) R\$ 8,75
- d) R\$ 10,25

RESOLUÇÃO:

Custo indireto de fabricação: R\$ 15.000,00

Base de rateio: horas/máquina consumidas

Produto A: 3000 horas/máquina

Produto B: 7000 horas/máquina

Unidades produzidas: 2.000 unidades

Custo variável unitário: R\$ 5,00 por unidade

Sabemos que para fabricar o produto A utiliza-se 3.000 horas/máquina, e que para produzir o produto B leva-se 7.000 horas/máquina, perfazendo um total de 10.000 horas/máquina. Para saber a participação de cada produto em relação ao total de horas, calcula-se a porcentagem, dividindo a quantidade de horas/máquina de cada produto, pelo total. Em seguida multiplica-se a porcentagem encontrada, pelo valor dos Custos Indiretos de Fabricação, para encontrar o custo indireto total correspondente à cada produto. Sendo assim, temos:

Produto	Horas/ máquinas	Porcentagem	Custos indiretos
A	3000	30%	R\$ 4.500,00
B	7000	70%	R\$ 7.500,00
TOTAL	10.000	100%	R\$ 15.000,00

Ao encontrar os Custos Indiretos Totais, estes deverão ser divididos pelo total de unidades de cada produto para encontrar o custo indireto unitário que, somando-se ao custo variável unitário, tem-se o custo unitário do produto, fato detalhado na tabela abaixo.

Produto	Qtde	Custos indiretos totais	Custo indireto unitário	Custo variável unitário	Custo unitário do produto
A	2000	R\$ 4.500,00	R\$ 2,25	R\$ 5,00	R\$ 7,25
B	2000	R\$ 7.500,00	R\$ 3,75	R\$ 5,00	R\$ 8,75

RESPOSTA CORRETA: LETRA “A”.

QUESTÃO 12 (Exame de Suficiência 2015.2)

Uma Indústria apresenta os seguintes custos de produção referentes ao mês de janeiro de 2015:

Produtos	Matéria-Prima	Mão de Obra
A	R\$9.100,00	R\$12.000,00
B	R\$2.600,00	R\$3.000,00
C	R\$1.300,00	R\$2.000,00

Os Custos Fixos do mês totalizaram R\$6.500,00. Esses custos fixos são indiretos e distribuídos entre os produtos na proporção da matéria-prima consumida, nos casos em que o critério exige alocação de tais custos.

Com base nos dados acima é **CORRETO** afirmar que:

- a) O custo do produto A, calculado com base no Custeio Variável, é de R\$21.100,00.
- b) O custo do produto A, calculado com base no Custeio Variável, é de R\$25.650,00.
- c) O custo do produto B, calculado com base no Custeio por Absorção, é de R\$5.600,00.
- b) O custo do produto C, calculado com base no Custeio por Absorção, é de R\$3.300,00.

RESOLUÇÃO:

- Para lembrar

No método de **custeio variável**, serão apropriados aos produtos somente os custos variáveis. Os custos fixos são considerados custos do período e vão direto para o resultado do exercício (MEGLIORINI, 2012).

No método de **custeio por absorção**, os custos fixos e variáveis são apropriados aos produtos. Dessa forma, todos os custos incorridos no período (fixos, variáveis, diretos e indiretos) são absorvidos pelos produtos fabricados (MEGLIORINI, 2012). Lembrando que os custos indiretos são apropriados aos produtos através de rateio.

Respondendo a questão:

Como citado acima, para o cálculo do custo variável não entram os custos fixos, logo, ao somar a matéria-prima com a mão de obra obtém-se o valor dos custos variáveis durante o período.

Produtos	Matéria-Prima	Mão de Obra	Custos Variáveis
A	R\$9.100,00	R\$12.000,00	R\$21.100,00

B	R\$2.600,00	R\$3.000,00	R\$5.600,00
C	R\$1.300,00	R\$2.000,00	R\$3.300,00

Já o custeio por absorção apropria os custos fixos aos produtos e, Xna questão específica, eles são indiretos e distribuídos na proporção da matéria-prima, ou seja, deve-se obter o valor do custo fixo indireto de cada produto, tendo como base de rateio a matéria-prima consumida, para encontrar os valores pelo método de custeio por absorção.

Dessa forma, calcula-se a porcentagem de matéria-prima (ou o valor relativo, dividindo a quantidade de matéria-prima de cada produto, pelo total de matéria-prima consumida). Em seguida multiplica-se o resultado encontrado, pelo valor do custo fixo indireto.

Custo fixo = **R\$6.500,00**

Matéria-Prima total = 9.100,00 + 2.600,00 + 1.300,00 = **R\$13.000,00**

Produtos	Cálculo do rateio	Custos Fixos Indiretos
A	$\frac{9.100,00}{13.000,00} \rightarrow 0,7 \times 6.500,00$	R\$4.550,00
B	$\frac{2.600,00}{13.000,00} \rightarrow 0,2 \times 6.500,00$	R\$1.300,00
C	$\frac{1.300,00}{13.000,00} \rightarrow 0,1 \times 6.500,00$	R\$650,00

Após obter o resultado dos custos indiretos de cada produto, soma-se o mesmo aos valores da matéria-prima e mão de obra,

para encontrar o valor total dos custos dos produtos pelo método do custeio por absorção.

Produtos	Matéria-Prima	Mão de Obra	Custos Fixos Indiretos	Custeio por Absorção
A	R\$9.100,00	R\$12.000,00	R\$4.550,00	R\$25.650,00
B	R\$2.600,00	R\$3.000,00	R\$1.300,00	R\$6.900,00
C	R\$1.300,00	R\$2.000,00	R\$650,00	R\$3.950,00

Dessa forma, pode-se verificar que a **alternativa “a” está correta**, pois o custo do produto A, com base no custeio variável, é de R\$21.100,00.

Analisando as demais alternativas:

A alternativa “b” está errada, uma vez que o custo do produto A, calculado pelo custeio variável, é R\$21.100,00 e não R\$25.650,00. Esse valor de R\$25.650,00 corresponderia ao custo do produto A, se calculado pelo método de custeio por absorção.

A alternativa “c” está errada, uma vez que o custo do produto B, calculado pelo custeio por absorção, é R\$6.900,00 e não R\$5.600,00. Esse valor de R\$5.600,00 corresponderia ao custo do produto B se calculado pelo método de custeio variável.

A alternativa “d” está errada, uma vez que o custo do produto C, calculado pelo método do custeio por absorção, é R\$3.950,00 e não R\$3.300,00. Esse valor de R\$3.300,00 corresponderia ao valor do produto C caso o mesmo fosse calculado pelo método de custeio variável.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “A”.

QUESTÃO 13 (Exame de Suficiência 2015.1)

O Departamento de Custos de uma sociedade industrial apresentou os seguintes dados:

I) Referente à produção do período:

	Produto 1	Produto 2	Total
Produção (unidades)	10.000	200	10.200
Custo Direto (por unidade)	R\$15,00	R\$10,00	
Custo Direto Total	R\$150.000,00	R\$2.000,00	R\$152.000,00
Custo Indireto de Fabricação			R\$223.400,00
Número de lotes recebidos e produzidos	50	30	80
Quantidade de ordens de produção	16	4	20
Horas-máquina para operação do equipamento	900	400	1.300

II) Referentes à distribuição dos Custos Indiretos de Fabricação:

Gasto	Valor	Direcionador de custo
Recebimento e Movimentação de Material	R\$72.400,00	Número de lotes recebidos e produzidos
Planejamento e Controle de Produção	R\$47.000,00	Quantidade de ordens de produção

Operação do Equipamento	R\$104.000,00	Horas-máquina para operação do equipamento
Total	R\$223.400,00	

Considerando que a empresa adota o custeio Baseado em Atividades, o custo de produção do produto 1 é de:

- a) R\$284.040,00
- b) R\$289.625,00
- c) R\$304.850,00
- d) R\$328.720,00

RESOLUÇÃO:

Para obter o valor do custo de produção de um produto, deve ser realizada a soma do custo direto total com o custo indireto de fabricação.

Tem-se o valor do Custo Direto Total do produto 1 = R\$150.000,00

Esse valor é o resultado obtido a partir da multiplicação da quantidade de produção (10.000) pelo valor unitário do Custo Direto (R\$15,00).

Para encontrar o valor dos Custos Indiretos de Fabricação, pelo Custeio Baseado em Atividades, deve-se realizar um rastreamento por meio dos direcionadores de custo informados na questão. Faremos a apuração do custo apenas para o produto 1, de acordo com o que foi solicitado na questão.

Para fazer o rastreamento do custo de cada atividade (gasto) para o produto 1, primeiramente deve-se dividir o valor dos gastos de cada atividade pelo valor total do direcionador de custo correspondente e, em seguida, multiplicar pelo valor do

direcionador de custo correspondente ao produto 1. Esse é um outro modo de efetuar o cálculo de rateio.

Por exemplo, ao dividir o gasto de Recebimento e Movimentação de Material pelo total do número de lotes recebidos e produzidos, encontra-se o custo correspondente a um único lote recebido e produzido. Como foram recebidos e produzidos 50 lotes para o produto 1, multiplica-se por 50, para encontrar o custo de tal atividade para o produto 1. Cada cálculo pode ser observado na tabela abaixo:

Gasto	Cálculo	Produto 1	Valor
Recebimento e Movimentação de Material	$\frac{R\$72.400,00}{80} = R\$905,00$ por lote recebido e produzido	50 lotes recebidos e produzidos	R\$45.250,00
Planejamento e Controle de Produção	$\frac{R\$47.000,00}{20} = R\$2.350,00$ por unidade de ordens de produção	16 ordens de produção	R\$37.600,00
Operação do Equipamento	$\frac{R\$104.000,00}{1.300} = R\$80,00$ por hora-máquina	900 horas-máquina	R\$72.000,00
Total			R\$154.850,00

Somando-se os custos que o Produto 1 “recebeu” de cada atividade, tem-se o total dos custos indiretos referente ao Produto 1.

Logo, para encontrar o valor solicitado na questão, soma-se o valor total dos Custos Diretos com o valor total dos Custos Indiretos do Produto 1.

Custo do produto 1 pelo Custeio Baseado em Atividades =
150.000,00 + 154.850,00

Custo do produto 1 pelo Custeio Baseado em Atividades =
R\$304.850,00

RESPOSTA CORRETA: LETRA “C”.

QUESTÃO 14 (Exame de suficiência 2015.2)

Uma sociedade empresária apresentou os seguintes gastos mensais:

➤ Aquisição de matéria-prima no período	R\$ 25.000,00
➤ Comissão devida aos vendedores pela venda de produtos no mês	R\$ 5.000,00
➤ Tributos sobre o lucro	R\$ 2.000,00
➤ Imobilizado adquirido a prazo	R\$ 60.000,00

Considerando-se as terminologias utilizadas em custos, assinale a opção **CORRETA**.

- a) O total dos investimentos é de R\$60.000,00; e o total das despesas é de R\$32.000,00.
- b) O total dos investimentos é de R\$60.000,00; o total dos custos é de R\$25.000,00; e o total das despesas é de R\$7.000,00.
- c) O total dos investimentos é de R\$85.000,00; e o total das despesas é de R\$7.000,00.
- d) O total dos investimentos é de R\$85.000,00; o total dos custos é de R\$2.000,00; e o total das despesas é de R\$5.000,00.

RESOLUÇÃO:

Análise dos gastos mensais.

➤ Aquisição de matéria-prima no período	R\$ 25.000,00	INVESTIMENTO
➤ Comissão devida aos vendedores pela venda de produtos no mês	R\$ 5.000,00	DESPESA
➤ Tributos sobre o lucro	R\$ 2.000,00	DESPESA
➤ Imobilizado adquirido a	R\$ 60.000,00	INVESTIMENTO

prazo		
-------	--	--

VALOR TOTAL DO INVESTIMENTO: $25.000,00 + 60.000,00 = R\$85.000,00$

VALOR TOTAL DAS DESPESAS: $5.000,00 + 2.000,00 = R\$7.000,00$

- Letra “A” está incorreta, pois o valor total do investimento é de R\$85.000,00 e o valor total das despesas é de R\$7.000,00.
- Letra “B” está incorreta, pois o valor total do investimento é de R\$85.000,00 e não houve custos, a questão não informa que a matéria-prima foi transformada em produto.
- Letra “D” está incorreta, pois não houve custos, como foi dito anteriormente, a questão não informa que a matéria-prima foi consumida na produção, e o valor total das despesas é de 7.000,00.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “C”.

QUESTÃO 15 (Exame de Suficiência 2015.2)

Uma Sociedade Empresária apresentou os seguintes dados, para efeito de planejamento de vendas para o mês de setembro de 2015.

DADOS	VALOR
➤ Custos e Despesas Variáveis	R\$ 300,00 por unidade
➤ Custos e Despesas Fixos	R\$ 600.000,00 por mês
➤ Preço de Venda	R\$ 700,00 por unidade
➤ Lucro Desejado	R\$ 80.000,00 por período

Com base nos dados apresentados, é **CORRETO** afirmar que o Ponto de Equilíbrio Contábil é de:

- a) 1.500 unidades
- b) 1.700 unidades
- c) 600 unidades
- d) 680 unidades

RESOLUÇÃO:

Partindo da definição de que o Ponto de Equilíbrio Contábil é o ponto em que contabilmente não haveria lucro nem prejuízo, ou seja, é “quando a soma das Margens de Contribuição totalizar o montante suficiente para cobrir todos os Custos e Despesas Fixos” (MARTINS, 2010, p. 261), temos:

$PEC = \text{Custos e Despesas Fixas} \div \text{Margem de Contribuição Unitária}$. Onde a Margem de Contribuição Unitária é obtida pela diferença entre o Preço de Venda e os Custos e as Despesas Variáveis.

Para que entendamos melhor, precisamos interpretar bem a situação. Partindo dos dados oferecidos na questão, temos que saber quantas unidades precisam ser vendidas em setembro de 2015 para que a empresa não obtenha prejuízo e nem lucro, ou seja, quando atinge seu ponto de Equilíbrio Contábil.

Utilizando a Fórmula:

$PEC = \text{Custos e Despesas Fixas} / \text{Margem de Contribuição Unit.}$

Da questão, temos que Custos e Despesas Fixas = R\$ 600.000,00.

Logo: $PEC = 600.000,00 / \text{Margem de Contribuição Unit.}$

Calculando a Margem de Contribuição:

$MCu = PV - \text{Custos e Despesas Variáveis}$, Temos: $MCu = R\$ 700,00 - R\$ 300,00$, onde a $MCu = R\$ 400,00$.

Logo: $PEC = 600.000,00 / 400,00 = 1.500$ unidades.

Interpretando os cálculos:

Quando a Empresa vender 1.500 unidades, ela pagará todos os seus custos e despesas, não obtendo lucro nem prejuízo.

Vejamos:

Total de Custos e Despesas Variáveis = $R\$ 300,00 \times 1.500$ (Qtd vendidas) = $R\$ 450.000,00$.

Custos e Despesas Fixas = $R\$ 600.000,00$.

Total de todos os custos e despesas da Empresa: $1.050.000,00$.

Vendas = Preço de Venda $\times$ Qtd. Vendida = $R\$ 700,00 \times 1.500 = R\$ 1.050.000,00$.

Logo o valor das vendas corresponde exatamente ao valor de todas as despesas e custos da empresa.

Se a quantidade vendida for abaixo de 1.500 trará prejuízo à Sociedade Empresária.

Muito importante ressaltar que quando se fala em Ponto de Equilíbrio CONTÁBIL, deve-se desconsiderar informações como Lucro Desejado, Depreciação e Amortização, esses dados servem apenas para tentar confundi-lo.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “A”.

QUESTÃO 16 (Exame de suficiência 2015.2)

Uma indústria fabrica quatro tipos de produtos e obtém as margens de contribuição a seguir discriminada:

	Prod 1	Prod 2	Prod 3	Prod 4
Preço de venda	R\$ 150,00	R\$ 300,00	R\$ 200,00	R\$ 350,00
Custos variáveis	R\$ 80,00	R\$ 180,00	R\$ 170,00	R\$ 290,00
Margem de contribuição unitária	R\$ 70,00	R\$ 120,00	R\$ 30,00	R\$ 60,00

Na fabricação dos quatro produtos, é utilizado um mesmo tipo de material secundário nas seguintes quantidades:

	Prod 1	Prod 2	Prod 3	Prod 4
Quantidade de material secundário necessária à fabricação de uma unidade de produto	2	5	1	3

No mês de julho, ocorreu uma escassez do material secundário no mercado. A indústria identificou que não dispõe, em seus estoques, de materiais em quantidade suficiente para fabricar os produtos e atender a demanda pelos quatro produtos.

Considerando as informações fornecidas e que o mercado absorve todas as unidades produzidas, é **CORRETO** afirmar que, diante da escassez de material secundário, a indústria deverá priorizar a fabricação do:

a) produto 1, pois é o que apresenta maior margem de contribuição por fator limitativo de produção.

- b) produto 2, pois é o que apresenta menor margem de contribuição unitária.
- c) produto 3, pois é o que apresenta menor quantidade de material secundário por unidade produzida.
- d) produto 4, pois é o que apresenta maior preço de venda por produto.

RESOLUÇÃO:

Para encontrar a margem de contribuição unitária, como já foi mencionado na resolução da questão anterior, diminui o preço de venda (PV) pelos custos variáveis (CV).

$$MC_{U} = PV - CV$$

Porém não precisa ser calculada a margem de contribuição, pois a questão já informa o seu valor em cada produto.

De acordo, com tal informação, pode-se verificar que o Produto 2 é o que possui uma maior margem de contribuição (R\$ 120,00), sendo assim o produto que mais contribui para a lucratividade da empresa, caso não existisse fator limitativo de produção.

Mas a questão também informa que há uma escassez do material secundário (fator limitativo).

Portanto, é necessária fazer outra análise. Precisa-se calcular a margem de contribuição por fator limitante de produção que, na questão em estudo, será o material secundário.

Para realizar esse cálculo, basta dividir a margem de contribuição de cada produto pela respectiva quantidade de material secundário utilizado na fabricação do mesmo, conforme demonstrado na tabela abaixo:

	Prod 1	Prod 2	Prod 3	Prod 4
Margem de contribuição unitária ÷	R\$ 70,00 ÷ 2	R\$ 120,00 ÷ 5	R\$ 30,00 ÷ 1	R\$ 60,00 ÷ 3

Quantidade de material em escassez				
Margem de contribuição por fator limitativo	R\$ 35,00	R\$ 24,00	R\$ 30,00	R\$ 20,00

Após esse cálculo observa-se que o produto com maior margem de contribuição por fator limitante de produção é o produto 1 (R\$ 35,00) e, por essa razão, deve-se priorizar a fabricação do mesmo, pois é o produto que mais contribui para a lucratividade da empresa levando-se em consideração a escassez do material secundário.

Observação: Se não tivesse essa quantidade de material secundário (fator limitativo), o produto a ser priorizado seria o produto 2, pois tem a maior margem de contribuição.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “A”.

QUESTÃO 17 (Exame de Suficiência 2015.1)

Uma indústria compra matéria-prima a prazo. Após o recebimento da matéria-prima, a indústria armazena, em média, por 7 (sete) dias, antes de encaminhá-la para a área de produção, onde ficará 4 (quatro) dias em processo.

Após a conclusão da manufatura, a indústria mantém o produto acabado em estoque por um tempo médio de 21 dias, antes de vendê-lo.

As vendas são efetuadas com prazo médio de recebimento de 35 dias.

O pagamento ao fornecedor se dá em 17 dias após a compra da matéria-prima.

Acerca da situação acima, o Ciclo Operacional Total é de:

- a) 39 dias.
- b) 46 dias.
- c) 60 dias.
- d) 67 dias.

RESOLUÇÃO:

Para obter o valor do Ciclo Operacional, deve-se entender que esse ciclo é composto pelo período que vai desde a data da compra até o recebimento do cliente.

A fórmula do Ciclo operacional é igual o resultado da soma entre o Ciclo Econômico e o Prazo Médio de Contas a Receber (PMCR).

O Ciclo Econômico é o tempo em que a mercadoria passa em estoque, desde sua compra até a venda, não considerando o recebimento.

No enunciado da questão tem-se que, após o recebimento da matéria-prima, a indústria armazena, em média, por 7 (sete) dias, antes de encaminhá-la para a área de produção, onde ficará 4 (quatro) dias em processo.

Após a conclusão da manufatura, a indústria mantém o produto acabado em estoque por um tempo médio de 21 dias, antes de vendê-lo.

Logo,

$$\text{Ciclo Econômico} = 7 + 4 + 21 \longrightarrow \text{Ciclo Econômico} = 32 \text{ dias}$$

Então, tem-se que:

$$\text{Ciclo Operacional} = \text{Ciclo Econômico} + \text{PMRC}$$

$$\text{Ciclo Operacional} = 32 + 35$$

$$\text{Ciclo Operacional} = 67 \text{ dias}$$

RESPOSTA CORRETA: LETRA “D”.

QUESTÃO 18 (Exame De Suficiência 2015.2)

Uma Sociedade Empresária realizou gastos para tentar a descoberta da cura de doença.

- Os relatórios da tesouraria indicam que os gastos foram pagos à vista e podem ser mensurados com confiabilidade.
- Os relatórios da controladoria registram que os gastos foram devidamente aprovados pela direção.
- Os relatórios da equipe técnica apontam que foram realizados grandes avanços na direção desejada que é possível que os primeiros sinais de viabilidade técnica venham a ser coletados entre os dois e cinco anos.

Diante da situação exposta e considerando-se apenas esse fato, é **CORRETO** afirmar que, no encerramento do exercício, ocorreram os seguintes efeitos sobre os respectivos registros contábeis da entidade que realizou os gastos:

- a) Aumento e redução no Ativo.
- b) Aumento no Ativo e no Patrimônio Líquido.
- c) Redução no Ativo e no Passivo Exigível.
- d) Redução no Ativo Patrimônio Líquido.

RESOLUÇÃO:

De início faz-se necessário identificar a ocorrência de um fato modificativo, que segundo a contabilidade consiste em um fato onde ocorre alteração no patrimônio líquido da entidade, podendo estes serem de grau aumentativo ou diminutivo.

Para tanto vemos que houve gastos com a pesquisa pagos à vista pela entidade (despesa), e em se tratando de uma despesa, que caracteriza-se como sendo uma conta de resultado ocorreu um fato modificativo, que por consequência diminui o ativo da empresa (Diminuição da Conta Caixa- Conta de origem Patrimonial), em contrapartida com uma conta de resultado (despesa). Em suma

temos como entendimento que a resposta certa será a **alternativa D**.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “D”.

QUESTÃO 19 (Exame De Suficiência 2015.1)

Uma indústria apresentou os seguintes dados de produção em determinado período:

- Custos fixos totais no período R\$ 1.800.000,00
- Depreciação (já inclusa nos Custos Fixos Totais) R\$ 585.000,00
- Custos variáveis totais no período R\$ 27.000.000,00
- Produção acabada e vendida no período 36.000 unidades

Considerando que o preço de venda unitário é de R\$1.200,00, é **CORRETO** afirmar que:

- a) o Ponto de Equilíbrio Financeiro é de 36.000 unidades no período.
- b) a Margem de Segurança no período é de R\$16.200.000,00.
- c) a Margem de Contribuição Unitária é de R\$450,00.
- d) o Ponto de Equilíbrio Contábil é de 22.500 unidades no período.

RESOLUÇÃO:

Vamos analisar cada alternativa.

Alternativa A: Para obter o Ponto de Equilíbrio Financeiro, deve-se considerar apenas os custos e despesas que “geram desembolso no período, desconsiderando, portanto, a depreciação contida nos custos e despesas fixos” (MEGLIORINI, 2012, p. 151). Desse modo, a fórmula do Ponto de Equilíbrio Financeiro é:

$$\text{PEF} = \text{Custos Fixos} - \text{Depreciação} / \text{Margem de Contribuição Unitária}$$

$$\text{PEF} = (\text{R\$ } 1.800.000,00 - \text{R\$ } 585.000,00) / \text{Margem de Contribuição Unitária}$$

Onde chegamos a Margem de contribuição Unitária através da diferença entre o Preço de Venda e os Custos Variáveis Unitários, assim temos: $MCu = PVu - CVu$, ou seja, $MCu = R\$ 1.200,00 - (R\$ 27.000.000,00 / 36.000 \text{ un.})$, logo $MCu = R\$ 1.200,00 - R\$ 750,00$, portanto a $MCu = 450,00$.

Concluimos então que $PEF = R\$ 1.215.000 / R\$ 450,00$, ou seja, o $PEF = 2.700$ unidade. **Alternativa Errada.**

Alternativa B: De acordo com Megliorini (2012, p. 159), a “margem de segurança operacional corresponde à quantidade de produtos ou de receitas operadas acima do ponto de equilíbrio”. Ou seja a Margem de Segurança em valores monetários é calculada pela diferença entre a receita da empresa e a receita no Ponto de Equilíbrio Contábil, podendo também ser calculada através do produto da Margem de Segurança em unidades pelo preço de venda. Dessa forma, temos:

Margem de Segurança em Unidades = Quantidades Vendidas - Ponto de Equilíbrio Contábil

Margem de Segurança em Unidades = $36.000 - \text{Ponto de Equilíbrio Contábil}$

Ponto de Equilíbrio contábil como já vimos anteriormente é igual a divisão dos Custos Fixos pela Margem de Contribuição Unitária, portanto:

$PEC = CF / MCu$; onde $PEC = 1.800.000 / 450$; logo o $PEC = 4.000$ unidades.

Assim temos:

Margem de Segurança em Unidades = $36.000 - \text{Ponto de Equilíbrio Contábil}$

Margem de Segurança em Unidades = $36.000 - 4.000 = 32.000$ unidades.

Para encontrar a Margem de Segurança em valores monetários, basta multiplicar o resultado obtido (32.000 unidades) pelo preço de venda:

Margem de Segurança em valores monetários = $32.000 \times R\$ 1.200,00 = R\$ 38.400.000,00$. **Alternativa Errada.**

Alternativa C: Como já calculamos acima temos a Margem de contribuição Unitária através da diferença entre o Preço de Venda e os Custos Variáveis Unitários, assim temos: $MCu = PVu - CVu$, ou seja, $MCu = R\$ 1.200,00 - (27.000.000,00/36.000,00)$, logo $MCu = R\$1.200,00 - R\$ 750,00$, portanto a $MCu = R\$ 450,00$. **Alternativa Correta.**

Alternativa D: Como já calculamos acima temos que o Ponto de Equilíbrio Contábil é igual a divisão dos Custos Fixos pela Margem de Contribuição Unitária, portanto:
 $PEC = CF / MCu$; onde $PEC = 1.800.000 / 450$; logo o $PEC = 4.000$ Unidades. **Alternativa Errada.**

RESPOSTA CORRETA: LETRA “C”.

QUESTÃO 20 (Exame De Suficiência 2015.1)

Uma indústria compra matéria-prima a prazo. Após o recebimento da matéria-prima, a indústria armazena, em média, por 7 (sete) dias, antes de encaminhá-la para a área de produção, onde ficará 4 (quatro) dias em processo.

Após a conclusão da manufatura, a indústria mantém o produto acabado em estoque por um tempo médio de 21 dias, antes de vendê-lo.

As vendas são efetuadas com prazo médio de recebimento de 35 dias.

O pagamento ao fornecedor se dá em 17 dias após a compra da matéria-prima.

Acerca da situação acima, o Ciclo Financeiro é de:

- a) 17 dias.
- b) 29 dias.
- c) 50 dias.
- d) 56 dias.

RESOLUÇÃO:

Ciclo financeiro que também é chamado de Ciclo de Caixa é a diferença entre o Ciclo Operacional e Prazo Médio de Pagamento aos Fornecedores; portanto temos:

Ciclo Financeiro = Ciclo Operacional - Prazo Médio de Pagamento de Fornecedores

Ciclo Financeiro = Ciclo Operacional - 17 dias

Ciclo Financeiro = Ciclo Operacional - 17 dias

Ciclo Financeiro = [(Ciclo Econômico) + Prazo Médio de Contas a Receber PMCR] - 17 dias

Ciclo Financeiro = [(Ciclo Econômico) + 35] - 17 dias

Ciclo Financeiro = [(O Ciclo Econômico é o tempo em que a mercadoria passa em estoque, desde sua compra até a venda, não considerando o recebimento) + 35] - 17 dias

Ciclo Financeiro = [(7+4+21) + 35] - 17 dias

Ciclo Financeiro = 67 dias - 17 dias

Ciclo Financeiro = 50 dias, **alternativa C.**

RESPOSTA CORRETA: LETRA “C”.



QUESTÃO 21 A 30 - CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

Assuntos abordados:

- Dispositivos legais
- Plano de contas (pcasp)
- Contas com informações de natureza orçamentária, patrimonial e de controle
- Realização contábil



QUESTÃO 21 (Exame de Suficiência 2015.2)

De acordo com a NBC T 16 – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, especificamente à Depreciação, Amortização e Exaustão, julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**.

I. Depreciação é a redução do valor dos bens tangíveis pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.

II. Valor residual é o montante líquido que a entidade, com razoáveis seguranças, espera obter por um ativo no fim de sua vida útil econômica, deduzidos os gastos esperados para sua alienação.

III. Amortização é a redução do valor aplicado na aquisição de direitos de propriedade e quaisquer outros, inclusive ativos intangíveis, com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado.

IV. Valor líquido contábil é o valor do bem registrado na Contabilidade, em determinada data, deduzido da correspondente depreciação, amortização ou exaustão acumulada.

A sequência **CORRETA** é:

- a) F, F, F, V.
- b) F, V, F, V.
- c) V, F, V, F.
- d) V, V, V, V.

RESOLUÇÃO:

A questão acima é um ponto de presente para o aluno, pois todas as alternativas definem exatamente o que cada uma é:

DEPRECIÇÃO: É a redução do valor dos bens tangíveis pelo desgaste ou... **CORRETA**;

VALOR RESIDUAL: Valor na qual não será contabilizado como depreciação do bem tangível. **CORRETA;**

AMORTIZAÇÃO: É a redução do valor aplicado na aquisição de... Não é necessário ir mais longe para perceber que esta está **CORRETA.**

VALOR LÍQUIDO CONTÁBIL: No início de sua definição, a opção já deixa bem claro, “é o valor do bem registrado na contabilidade” e para não deixar nenhuma dúvida, é dado o complemento da explicação, “deduzido da correspondente depreciação, amortização ou exaustão acumulada”. **CORRETA.**

Então, esse tipo de questão é simplesmente para que na metade da prova, você conte com mais um ponto e renove as energias para continuar.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “D”.

QUESTÃO 22 (Ano: 2015 Banca: FCC Órgão: SEFAZ-PI Prova: Analista do Tesouro Estadual)

Com relação aos princípios de contabilidade sob a perspectiva do setor público, considere:

- I. O Princípio da Entidade se afirmar, para o ente público, pela autonomia e responsabilização do patrimônio a ele pertencente.
- II. O Princípio da Continuidade da entidade pública, entre outros, está vinculado ao estrito cumprimento da finalidade de interesse público, a aplicação das receitas arrecadadas no atendimento das necessidades sociais e a geração de lucro ou superávit destinado à manutenção da entidade.
- III. O Princípio da Prudência determina que as estimativas de valores que afetam o patrimônio devem refletir a aplicação de procedimentos de mensuração que prefiram montantes, menores

para ativos, entre alternativas igualmente válidas, e valores maiores para passivos.

IV. O Princípio da Oportunidade é base indispensável à integridade e à fidedignidade dos processos de reconhecimento, mensuração e evidenciação da informação contábil, dos atos e dos fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade pública, observadas as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

V. O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, desde que o recebimento ou pagamento ocorra no exercício financeiro do fato gerador.

Está **CORRETO** o que se afirma **APENAS** em:

- a) I, III e IV
- b) II, IV e V
- c) III e V
- d) I, II e IV
- e) II e V



Centro Universitário

RESOLUÇÃO:

De acordo com a Resolução CFC 1.111/2007, as perspectivas do setor público se dão da seguinte forma:

I-Princípio da Entidade:

Art. 4.º [...]

Perspectivas do Setor Público

O Princípio da Entidade se afirma, para o ente público, pela autonomia e responsabilização do patrimônio a ele pertencente. A autonomia patrimonial tem origem na destinação social do patrimônio e a responsabilização pela obrigatoriedade da prestação de contas pelos agentes públicos.

II- Princípio da Continuidade

Art. 5.º [...]

Perspectivas do Setor Público

No âmbito da entidade pública, a continuidade está vinculada ao estrito cumprimento da destinação social do seu patrimônio, ou seja, a continuidade da entidade se dá enquanto perdurar sua finalidade.

III- Princípio da Prudência

Art. 10 [...]

Perspectivas do Setor Público

As estimativas de valores que afetam o patrimônio devem refletir a aplicação de procedimentos de mensuração que prefiram montantes, menores para ativos, entre alternativas igualmente válidas, e valores maiores para passivos.

IV- Princípio da oportunidade

Art. 6.º [...]

Perspectivas do Setor Público

O Princípio da Oportunidade é base indispensável à integridade e à fidedignidade dos registros contábeis dos atos e dos fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade pública, observadas as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público. A integridade e a fidedignidade dizem respeito à necessidade de as variações serem reconhecidas na sua totalidade, independentemente do cumprimento das formalidades legais para sua ocorrência, visando ao completo atendimento da essência sobre a forma.

V- Princípio da Competência

Art. 9.º [...]

Perspectivas do Setor Público

O Princípio da Competência é aquele que reconhece as transações e os eventos na ocorrência dos respectivos fatos geradores, independentemente do seu pagamento ou recebimento, aplicando-se integralmente ao Setor Público.

Sendo assim está correta apenas a letra A, I e III, IV.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “A”.

QUESTÃO 23 (Exame de Suficiência 2015.1)

De acordo com a NBC T 16.2 – Patrimônio e Sistemas Contábeis, o sistema contábil está estruturado em subsistemas de informações.

Relacione o tipo do subsistema, apresentado na primeira coluna, ao seu respectivo objetivo, apresentado na segunda coluna, e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**:

- (1) Subsistema Orçamentário
- (2) Subsistema Patrimonial
- (3) Subsistema de Custos
- (4) Subsistema Compensação
- () Registrar, processar e evidenciar os atos de gestão cujos efeitos possam produzir modificações no patrimônio da entidade do setor público, bem como aqueles com funções específicas de controle.
- () Registrar, processar e evidenciar os atos e os fatos relacionados ao planejamento e à execução orçamentária.
- () Registrar, processar e evidenciar os custos dos bens e serviços, produzidos e ofertados à sociedade pela entidade pública.
- () Registrar, processar e evidenciar os fatos financeiros e não financeiros relacionados às variações qualitativas e quantitativas do patrimônio público.

A sequência **CORRETA** é:

- a) 1, 3, 2, 4.
- b) 2, 4, 1, 3.
- c) 3, 2, 4, 1.
- d) 4, 1, 3, 2.

RESOLUÇÃO:

A NBC T 16.2 define os subsistemas de informações da seguinte forma:

- (a) Orçamentário – registra, processa e evidencia os atos e os fatos relacionados ao planejamento e à execução orçamentária;
- (b) Patrimonial – registra, processa e evidencia os fatos financeiros e não financeiros relacionados com as variações qualitativas e quantitativas do patrimônio público;
- (c) Custos – registra, processa e evidencia os custos dos bens e serviços, produzidos e ofertados à sociedade pela entidade pública;
- (d) Compensação – registra, processa e evidencia os atos de gestão cujos efeitos possam produzir modificações no patrimônio da entidade do setor público, bem como aqueles com funções específicas de controle.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “D”.

QUESTÃO 24 (Ano: 2015 Banca: CETRO Órgão: AMAZUL Cargo: Auditor)

Conforme se verifica das variações patrimoniais aplicadas ao setor público, assinale a alternativa que apresenta a variação na qual se enquadra “receita de tributos”.

- a) Variação patrimonial qualitativa.
- b) Variação patrimonial diminutiva, independentemente da execução orçamentária.
- c) Variação patrimonial diminutiva resultante da execução orçamentária.
- d) Variação patrimonial aumentativa, independentemente da execução orçamentária.
- e) Variação patrimonial aumentativa resultante da execução orçamentária.

RESOLUÇÃO:

Receita de tributos deriva da arrecadação estatal de tributos e por óbvio apresentará aumento no patrimônio líquido. Portanto, Variação patrimonial aumentativa dá receita orçamentária é a que se enquadra nessa questão.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “E”.

QUESTÃO 25 (Ano: 2015 Banca: CETRO Órgão: AMAZUL Cargo: Auditor)

A necessidade/ obrigação de as transações, no setor público, serem reconhecidas e registradas integralmente no momento em que ocorre está relacionada ao seguinte princípio do setor público:

- a) Registro pelo Valor Original.
- b) Oportunidade.
- c) Continuidade.
- d) Prudência.
- e) Competência.

UNILEÃO
Centro Universitário

RESOLUÇÃO:

A NBC T 16.5 Diz dentre outras coisas que: "As transações do setor público devem ser reconhecidas e registradas integralmente no momento em que ocorrem." Essa norma está enquadrada no princípio da oportunidade, tornando assim a letra B correta.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “B”.

QUESTÃO 26 (FCC-Analista- Contabilidade/TRT-23 Região-2016)

Considere os tipos de receita, abaixo.

- I. Tributárias
- II. Patrimoniais

- III. Industriais
- IV. De contribuições
- V. De serviços.

São classificadas como receitas correntes as que constam em:

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) II e V, apenas
- (C) III, IV e V, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.

RESOLUÇÃO:

A Lei Federal nº 4.320/64, em seu artigo 11, classifica a receita orçamentária em duas categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital, mas nosso interesse é apenas a que define o que é receita corrente, então vamos lá:

Na Lei já citada define que **Receitas Correntes**: são arrecadadas dentro do exercício financeiro, aumentam as disponibilidades financeiras do Estado, em geral com efeito positivo sobre o Patrimônio Líquido e constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e ações orçamentários, com vistas a satisfazer finalidades públicas.

Estão na classificação de receitas correntes: Receita Tributária, Receita de Contribuições, Receita Patrimonial, Receita Agropecuária, Receita Industrial, Receita de Serviços, Transferências Correntes e Outras Receitas Correntes.

R: Bom agora está explicado que a alternativa correta é a letra E, pois todos os tipos de receitas apresentadas na questão estão incluídas na definição de Receitas Corrente.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “E”.

QUESTÃO 27 (Exame de Suficiência 2015.1)

De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao setor público, analise as variações patrimoniais apresentadas nos itens abaixo, ocorridas nos registros contábeis de uma prefeitura, em relação ao Patrimônio Líquido e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**.

- A. Lançamento de IPTU, na data da ocorrência do fato gerador.
- B. Aquisição de um veículo a prazo.
- C. Contratação de operação de crédito.
- D. Reconhecimento, em Regime de Competência mensal, do 13º salário a ser pago no final do ano.

Classificam-se como Variações Patrimoniais Qualitativas aquelas descritas nos itens:

- a) C e D.
- b) B e C.
- c) A e D.
- d) A e B.

RESOLUÇÃO:

As variações patrimoniais são classificadas em: Quantitativas e qualitativas. De acordo com a NBC T 16.4, entende-se como variações quantitativas aquelas decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido e variações qualitativas aquelas decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido.

- A: Débito: IPTU a receber. Crédito: Receita com IPTU.
- B: Débito: Veículos. Crédito: Contas a pagar.
- C: Débito: Caixa ou Banco. Crédito: Empréstimos.
- D: Débito: Despesa com 13º Salário. Crédito: 13º salário a pagar.



De acordo com os lançamentos, os itens que não afetam o patrimônio líquido são respectivamente B e C, pois apesar de aumentarem o ativo geram uma obrigação futura, aumentando dessa forma o passivo e assim não há alteração no patrimônio líquido o que as denominam variações patrimoniais qualitativas.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “B”.

QUESTÃO 28 (Ano: 2015 Banca: FGV/Órgão: TJ-BA Cargo: Analista Judiciário - Área Administrativa)

Texto 1: Uma entidade pública adquiriu em 01/06/2010 uma frota com dez veículos para serem usados nas áreas de saúde e educação, com metade da frota para cada área. Os veículos foram recebidos em 01/07/2010, sem avarias e com todos os equipamentos incluídos. O pagamento dos veículos se deu em cinco parcelas iguais, com a primeira em agosto e a última em dezembro do mesmo ano. A área de saúde iniciou o uso dos veículos no mês de agosto e a área de educação, em outubro. O valor unitário de cada veículo foi de R\$ 55.000,00. Ao final da vida útil, a entidade estima um valor residual de 5% do valor de aquisição de cada um. A entidade adotou um prazo de vida útil de cinco anos para os veículos.

De acordo com as informações do texto 1 e as orientações da NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão, o reconhecimento da depreciação dos veículos deverá iniciar em:

- (A) junho;
- (B) julho;
- (C) agosto;
- (D) dezembro;
- (E) agosto para os veículos utilizados na área de saúde, e outubro para a área de educação.

Resolução:

Para entendermos melhor a resposta certa, é necessário conhecermos a NBC T 16.9, como o próprio enunciado cita, lá no item 7 é bem claro: “7. A depreciação, a amortização ou a exaustão de um ativo começa quando o item estiver em condições de uso”, então, sem sombra de dúvidas, a resposta correta é a letra B.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “B”.

QUESTÃO 29 (Ano: 2015 Banca: FGV Órgão: TJ-BA Cargo: Analista Judiciário - Área Administrativa)

De acordo com as informações do texto 1, no mês de dezembro de 2010, se adotado o método das quotas constantes, a despesa de depreciação acumulada será de:

- (A) 8.708,33;
- (B) 34.833,33;
- (C) 43.541,67;
- (D) 52.250,00;
- (E) 60.958,33.

Aproveitando o texto 1 da questão anterior, essa questão é interessantíssima, pois muita gente se confunde com as formas de depreciação, mas após essa explicação você simplesmente vai querer resolver todas as questões desse tipo. Vamos lá, o enunciado fala sobre quotas constante, isto é, o objeto ou bens se depreciará sempre o mesmo valor a cada período de sua vida útil (dia, mês ou ano), não podemos esquecer do valor residual, também citada no próprio texto que é de 5% do valor de aquisição.

RESOLUÇÃO:

Valor depreciável = valor de aquisição 550.000 – valor residual 5% = 522.500. Depreciação ano = $522.500 / 5 \text{ anos} = 104.500 \text{ mil/ano}$. Temos que lembrarmos que o período em análise são de apenas 6 meses. Assim, a depreciação acumulada será de $104.500 / 2 = 52.250$.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “D”.

QUESTÃO 30 (Ano 2015 – Banca: FCC Órgão: TCM-GO – Prova: Auditor de Controle Externo-Contábil)

Em um procedimento fiscalizatório realizado no município XX, o auditor constatou que um passivo cujo fator gerador ocorreu em março/2014 foi registrado pela contabilidade somente em junho/2014, devido a limitações orçamentárias. Além do princípio fundamental de contabilidade da competência, houve desobediência ao princípio da

- A) Evidenciação.
- B) Fidedignidade.
- C) Efetividade.
- D) Prudência.
- E) Oportunidade.

RESOLUÇÃO:

O PRINCÍPIO DA OPORTUNIDADE

Resolução CFC n.º 750/93

Art. 6º O Princípio da Oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.

Parágrafo único. A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, por isso é necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação. (Redação dada pela Resolução CFC n.º 1.282/10)

R: Dentre os Princípios da contabilidade tem dois que se confundem de mais, é o da OPORTUNIDADE e o da COMPETÊNCIA, por isso poste a Resolução CFC n.º 750/93 para entender melhor, mas como nos concursos existe também a questão de lógica, ao lermos o enunciado e as opções, logo percebemos que o Princípio da COMPETÊNCIA não aparece

como possível resposta, então fica fácil de saber que é a letra E, nesse caso usa-se o meio de eliminação para chegar à resposta correta.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “E”.



**QUESTÃO 31 A 40 - MATEMÁTICA FINANCEIRA E
ESTATÍSTICA**



QUESTÃO 31 (Exame de Suficiência 2015.1)

Uma sociedade empresária não conseguiu liquidar uma duplicata dentro do prazo de vencimento, e o fornecedor enviou a duplicata para cobrança em cartório.

- foram cobrados juros simples à taxa de 1% ao mês, além de uma taxa de cobrança no valor de R\$ 15,00.
- a duplicata venceu há 14 meses.
- o valor da duplicata era de R\$ 12.000,00 na data de vencimento.

Considerando dos dados acima, o valor atualizado da duplicata, a ser pago no cartório, é de:

- A) R\$ 13.680,00
- B) R\$ 13.743,69
- C) R\$ 13.830,00
- D) R\$ 13.943,69

RESOLUÇÃO:

Para acharmos o montante, utilizaremos a fórmula ($M=P + J + T$), mas primeiro será necessário encontrar o juro simples e para isso devemos utilizar a fórmula ($J= P \times i \times n$).

Juros Simples = $P \times i \times n$

$J= 12.000,00 \times 1\% \times 14$

$J= 12.000,00 \times 0,01 \times 14$

$J= R\$ 1.680,00$

Montante = $P + J + Taxa$

$M= 12.000,00 + 1.680,00 + 150,00$

M= R\$ 13.830,00

A letra “A” está incorreta, pois o resultado encontrado do montante é diferente de R\$ 13.680,00.

A letra “B” está incorreta, pois o resultado encontrado do montante é diferente de R\$ 13.743,69.

A letra “C” está CORRETA, pois o resultado encontrado do montante é IGUAL à R\$ 13.830,00.

A letra “D” está incorreta, pois o resultado encontrado do montante é diferente de R\$ 13.943,69.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “C”.

QUESTÃO 32 (Exame de Suficiência - 2015.1)

Uma empresa adquiriu um bem destinado ao imobilizado por meio de uma transação de financiamento. o financiamento será pago em duas prestações de R\$ 150.000,00, cada, vencíveis ao final de cada ano. a taxa de juros compostos pactuada para a operação foi de 4% ao ano.

O valor presente na data em que foi efetuada a transação de financiamento é de, aproximadamente:

A) R\$ 277.778,...

B) R\$ 282.914,...

C) R\$ 283.120,...

D) R\$ 294.231,...

RESOLUÇÃO: utilizando a calculadora financeira,

F FIN REG

150.000 PMT 4i 2n

PV= R\$ 282.914,20

A letra “A” está incorreta, pois o cálculo obtido do PV é diferente de R\$ 277.778,...

A letra “B” está CORRETA, pois o cálculo obtido do PV é IGUAL à R\$ 282.914,...

A letra “C” está incorreta, pois o cálculo obtido do PV é diferente de R\$ 283.120,...

A letra “D” está incorreta, pois o cálculo obtido do PV é diferente de R\$ 294.231,...

RESPOSTA CORRETA: LETRA “B”.

QUESTÃO 33 (Exame de Suficiência - 2015.2)

Uma sociedade empresária financia a compra de uma máquina de costura em três prestações mensais iguais, no valor de R\$ 573,50, com a primeira prestação com vencimento um mês após a compra. considerando-se uma taxa de juros composta de 5% ao mês, o valor presente da máquina é de, aproximadamente:

- A) R\$ 1.991,69
- B) R\$ 1.720,50
- C) R\$ 1.634,48
- D) R\$ 1.561,78.

RESOLUÇÃO: utilizando a calculadora financeira.

F FIN REG

573,50 ENTER CHS

FV 5i

1 (para 1ª parcela)=546,19

2 (para 2ª parcela)=520,18

3 (para 3ª parcela)=495,41

n

PV = R\$ 1.561,78

A letra “A” está incorreta, pois o cálculo obtido do PV é diferente de R\$ 1.991,69.

A letra “B” está incorreta, pois o cálculo obtido do PV é diferente de R\$ 1.720,50.

A letra “C” está incorreta, pois o cálculo obtido do PV é diferente de R\$ 1.634,48.

A letra “D” está **CORRETA**, pois o cálculo obtido do PV é R\$ 1.561,78.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “D”.

QUESTÃO 34 (Exame de Suficiência - 2015.2)

Uma sociedade empresária obteve uma receita total, no ano de 2014, no valor de R\$ 31.200,00, distribuída mensalmente como segue:

MÊS	RECEITA
Janeiro	R\$ 1.000,00
Fevereiro	R\$ 15.000,00
Março	R\$ 1.200,00
Abril	R\$ 1.500,00
Maiο	R\$ 1.800,00
Junho	R\$ 2.700,00
Julho	R\$ 1.000,00
Agosto	R\$ 1.600,00
Setembro	R\$ 1.100,00
Outubro	R\$ 1.600,00
Novembro	R\$ 1.400,00
Dezembro	R\$ 1.300,00

Analisando-se os dados e calculando-se as medidas de tendência central, pode-se afirmar que a mediana é de:

- A) R\$ 1.450,00
- B) R\$ 1.850,00
- C) R\$ 2.600,00
- D) R\$ 2.700,00

RESOLUÇÃO:

Primeiro passo: devemos colocar os meses com suas respectivas receitas em ordem crescente ou decrescente, neste caso vamos usar a ordem crescente.

Janeiro/ R\$ 1.000,00
Julho/R\$ 1.000,00
Setembro/R\$ 1.100,00
Março/R\$ 1.200,00
Dezembro/R\$ 1.300,00
Novembro/R\$ 1.400,00
Abril/R\$ 1.500,00
Agosto/R\$ 1.600,00
Outubro/R\$ 1.600,00
Maio/R\$ 1.800,00
Junho/R\$ 2.700,00
Fevereiro/R\$15.000,00

Mediana = duas medidas centrais dividido por dois (utilizaremos duas medidas centrais, pois o número de medidas, ou seja, meses são par, se o número de meses fossem ímpar utilizaríamos uma só medida central).

$$\text{Mediana} = \frac{\text{Novembro (R\$1.400,00)} + \text{Abril (R\$1.500,00)}}{2}$$

$$\text{Mediana} = \text{R\$ 1.450,00}$$

A letra “A” está **CORRETA**, pois o cálculo obtido da **MEDIANA é IGUAL à R\$ 1.450,00**.

A letra “B” está incorreta, pois o cálculo obtido da mediana é diferente de R\$ 1.850,00.

A letra “C” está incorreta, pois o cálculo obtido da mediana é diferente de R\$ 2.600,00.

A letra “D” está incorreta, pois o cálculo obtido da mediana é diferente de R\$ 2.700,00.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “A”.

QUESTÃO 35 (Exame de Suficiência - 2015.1)

Determinada empresa contratou empréstimo a juros compostos de 23,144% ao ano. a taxa trimestral equivalente é de, aproximadamente:

- A) 7,715 %
- B) 7,186 %
- C) 5,786 %
- D) 5,342%

RESOLUÇÃO: utilizando a calculadora financeira.

1º passo: calcular o valor futuro ou montante.

F FIN REG

100.000 ENTER CHS PV

23,144 i 1n

FV = R\$ 123.144,00 (juros da operação)

2º passo: descobrir a taxa trimestral

F FIN REG / 123.144 CHS FV

100.000 ENTER PV

4 n

i = 5,342 %

A letra “A” está incorreta, pois o cálculo obtido da taxa é diferente de 7,715 %.

A letra “B” está incorreta, pois o cálculo obtido da taxa é diferente de 7,186 %.

A letra “C” está incorreta, pois o cálculo obtido da taxa é diferente de 5,786 %.

A letra “D” está CORRETA, pois o cálculo obtido da TAXA é IGUAL à 5,342 %.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “D”.

QUESTÃO 36 (FGV- Contador da Prefeitura de Niterói – 2015)

Uma instituição financeira oferece resgate do valor equivalente às reservas de um plano de benefícios perpétuos em uma única vez. O acordo dará quitação geral e definitiva dos benefícios, com a

consequente extinção dos contratos. Para um cliente que recebe R\$ 3.000,00 mensais, foi oferecido o valor do pagamento de R\$ 60.000,00. Desconsidere impostos e taxas. A taxa mensal de juros compostos praticada pela instituição nesse tipo de operação foi:

- A) 5,0%
- B) 5,5%
- C) 7,1%
- D) 8,0%
- E) 10,2%

RESOLUÇÃO:

Utilizando a fórmula da renda perpétua ($R = VP \times j$), onde $R = 3.000,00$ e VP , ou seja, Valor Presente = 60.000,00.

$$R = VP \times j$$

$$3.000 = 60.000 \times j$$

$$j = \frac{3.000}{60.000} = \frac{3}{60} = \frac{1}{20} = 0,05 = \underline{5\% \text{ ao mês}}$$

A letra “A” está CORRETA, pois o cálculo obtido do JURO é IGUAL à 5,0 %.

A letra “B” está incorreta, pois o cálculo obtido do juro é diferente de 5,5 %.

A letra “C” está incorreta, pois o cálculo obtido do juro é diferente de 7,1 %.

A letra “D” está incorreta, pois o cálculo obtido do juro é diferente de 8,0 %.

A letra “E” está incorreta, pois o cálculo obtido do juro é diferente de 10,2%.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “A”.

QUESTÃO 37 (FGV- Contador da Prefeitura de Niterói – 2015)

Um título de valor de face de R\$ 15.000,00, com vencimento para 90 dias, foi descontado - desconto simples por fora ou desconto

comercial - à taxa de desconto de 60% ao ano. O valor do desconto, em reais, foi:

- A) 1.500,00
- B) 1.750,00
- C) 2.000,00
- D) 2.250,00
- E) 2.500,00

RESOLUÇÃO:

Sabendo que 90 dias é equivalente a 3 meses comerciais de 30 dias cada e que 60% ao ano, equivale a 5% ao mês, utilizaremos a fórmula do desconto comercial simples ($A = N \times (1 - d \times t)$).

$$A = N \times (1 - d \times t)$$

$$A = 15.000 \times (1 - 5\% \times 3)$$

$$A = 15.000 \times (1 - 0,05 \times 3)$$

$$A = 15.000 \times (1 - 0,15)$$

$$A = 15.000 \times 0,85$$

$$A = 150 \times 85$$

$$A = 12.750 \text{ reais}$$

Procurando o desconto : $D = N - A$

$$D = 15.000 - 12.750$$

$$\underline{D = 2.250 \text{ reais}}$$

A letra "A" está incorreta, pois o cálculo obtido do desconto é diferente de 1.500,00.

A letra "B" está incorreta, pois o cálculo obtido do desconto é diferente de 1.750,00.

A letra "C" está incorreta, pois o cálculo obtido do desconto é diferente de 2.000,00.

A letra "D" está CORRETA, pois o cálculo obtido do DESCONTO é IGUAL à 2.250,00.

A letra "E" está incorreta, pois o cálculo obtido do desconto é diferente de 2.500,00.

RESPOSTA CORRETA: LETRA "D".

QUESTÃO 38 (Auditor Fiscal/SEFAZ/PI-2015)

Considere as seguintes afirmações

I – O histograma é um gráfico apropriado para representar dados de variáveis quantitativas contínuas.

II – Se x é uma variável aleatória com parâmetros n e p , onde n representa o número de ensaios de Bernoulli e p representa a probabilidade de sucesso em cada ensaio, então a variância de x é dada pelo produto np .

III – o nível de significância de um teste é a probabilidade de se cometer erro do tipo I.

IV – Se r é o coeficiente de correlação linear de Pearson entre duas variáveis, então $-1 < r < 1$.

É verdade o que se afirma apenas em

A) I, III e IV.

B) III.

C) II e IV.

D) I e III.

E) II e III.

RESOLUÇÃO:

(I) – está **CORRETO**, porque o histograma é um gráfico de distribuição de frequências, que por sua vez é uma série aonde mostra as variáveis quantitativas contínuas.

(II) – está errado, pois a distribuição caracteriza pela ocorrência de testes consecutivos e independentes e com resultado de sucesso ou fracasso, possuindo média igual NP e variância igual a $NP(1-P)$.

(III) – está **CORRETO**, pois quando testamos uma hipótese, poderemos obter uma conclusão que deve ser rejeitada. Mas essa hipótese pode ser verdadeira. Quando acontece isso aparece um erro na inferência que é conhecido como erro tipo I.

(IV) – está errado, pois o coeficiente varia de -1 a 1 , portanto a correlação é $-1 \leq r \leq 1$.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “D”.

QUESTÃO 39 (Auditor Fiscal/SEFAZ/PI-2015)

Um estudo que 20% de todos os candidatos que estão prestando determinado concurso público possuem doutorado em determinada área do conhecimento. Selecionando-se ao acaso e com reposição 4 desses candidatos, a probabilidade de que exatamente 2 possuam doutorado é igual a:

- A) 10,24%
- B) 5,72%
- C) 8,46%
- D) 15,36%
- E) 13,24%

Resolução: $P = (20\%) \times (20\%) \times (1-20\%) \times (1-20\%) = 0,0256$

possuem Não possuem
Considerando a probabilidade de sortear dois candidatos independentes da ordem de escolha.

Utilizaremos a técnica de contagem da combinação:

Probabilidade = C_4 , $2 \times 0,0256 = \frac{4!}{2! \times 2!} \times 0,0256 = 6 \times 0,0256 = 0,1536 = \underline{\underline{15,36\%}}$

$2! \times 2!$

A letra “A” está incorreta, pois o cálculo obtido da probabilidade é diferente de 10,24%.

A letra “B” está incorreta, pois o cálculo obtido da probabilidade é diferente de 5,72%.

A letra “C” está incorreta, pois o cálculo obtido da probabilidade é diferente de 8,46%.

A letra “D” está CORRETA, pois o cálculo obtido da probabilidade é IGUAL à 15,36%.

A letra “E” está incorreta, pois o cálculo obtido da probabilidade é diferente de 13,24%.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “D”.

QUESTÃO 40 (Auditor Público Externo/TCE/RS - 2015)

O rendimento de R\$ 1.500,00 aplicados por três meses à taxa de juros simples de 30% ao ano é:

- A) R\$ 112,50
- B) R\$ 1.612,50
- C) R\$ 1.800,00
- D) R\$ 3.784,15
- E) R\$ 4.284,15

RESOLUÇÃO:

Antes de aplicar a fórmula dos juros, devemos transformar a taxa anual em mensal, onde dividimos 30/12, encontrando uma taxa mensal de 2,5%.

Aplicando a fórmula: $J = C \times i \times n = 1500 \times 0,025 \times 3 = \text{R\$ } 112,50$

A letra “A” está CORRETA, pois o cálculo obtido dos juros é IGUAL à R\$ 112,50.

A letra “B” está incorreta, pois o cálculo obtido dos juros é diferente de R\$ 1.612,50. Se a questão pedisse o montante ou valor acumulado essa alternativa seria a correta.

A letra “C” está incorreta, pois o cálculo obtido dos juros é diferente de R\$ 1.800,00.

A letra “D” está incorreta, pois o cálculo obtido dos juros é diferente de R\$ 3.784,15.

A letra “E” está incorreta, pois o cálculo obtido dos juros é diferente de R\$ 4.284,15.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “A”.

QUESTÃO 41 A 50 - ESTRUTURA E ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Assuntos abordados:

- Elaboração e Análise das demonstrações contábeis
- Análise vertical e horizontal
- Análise por índices (de rentabilidade e de risco)



QUESTÃO 41 (Ano: 2015 Banca: CESPE Órgão: MPOG Prova: Contador)

A respeito da análise econômico-financeira de empresas, julgue o próximo item.

A demonstração do valor agregado/adicionado (DVA) comprova a origem da riqueza gerada pela entidade e como ela foi distribuída entre os setores que contribuíram para a sua geração; logo, os indicadores e as informações dela extraídos atingem um universo maior de usuários que os obtidos por meio das demais demonstrações contábeis.

() Certo

() Errado

O item está correto, porque a DVA representa as riquezas das entidades em determinado período, bem como sua distribuição entre o pessoal, impostos pagos ao governo, remuneração dos capitais de terceiros e próprios.

QUESTÃO 42 (Ano: 2015 Banca: IESES Órgão: IFC-SC Prova: Administração)

A análise horizontal tem a finalidade de evidenciar a evolução dos itens das demonstrações contábeis, por meio dos períodos. As técnicas utilizadas em análise horizontal apresentam algumas limitações:

I. A classificação dos índices pela empresa pode ser como ótimo, bom, satisfatório ou deficiente, ao compará-los com os índices de outras empresas do mesmo ramo ou porte.

II. A Liquidez Geral é calculada por meio de Ativo circulante ÷ Passivo circulante.

III. A rentabilidade é calculada com base no Saldo Médio de Fornecedores x Compras Brutas.

IV. Quando o valor do item correspondente no exercício-base for nulo, número-índice não pode ser calculado pela forma proposta, pois os números não são divisíveis pelo número zero.

- a) Apenas a assertiva IV é verdadeira.
- b) Apenas II é verdadeira.
- c) Apenas III e IV são verdadeiras.
- d) As alternativas I, II, III e IV são verdadeiras.

RESOLUÇÃO:

A alternativa A está correta, pois não é possível a divisão por 0.

A letra B está errada porque o cálculo da liquidez geral, não é ativo circulante / passivo circulante.

Liquidez geral = (ativo circulante + realizável em longo prazo) / (passivo circulante + exigível a longo prazo)

A letra C está errada porque (III) o cálculo de rentabilidade é feito com base no investimento constante no Ativo Total da empresa, e dividido com o lucro em determinado período.

A letra D não está correta porque as alternativa (I), (II) e (III) são erradas.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “A”.

QUESTÃO 43 (Ano: 2015 Banca: IF-RS Órgão: IF-RS Prova: Finanças)

A análise das demonstrações financeiras de uma empresa auxilia na compreensão da sua situação econômico-financeira. Com relação aos indicadores determinados nesse processo de análise, é

INCORRETO dizer que:

- a) Os índices de endividamento mostram a situação econômica da empresa.
- b) Os índices de liquidez revelam a capacidade financeira da empresa.
- c) Os índices de atividade analisam a eficiência operacional da empresa.

- d) Os índices de rentabilidade indicam a capacidade da empresa de gerar resultado.
- e) Os índices-padrão têm o objetivo de servir de base de comparação entre empresas.

RESOLUÇÃO:

A letra A está errada, pois o índice de endividamento evidencia se a empresa está muito ou pouco endividada, ou seja, se está utilizando capital próprio ou de terceiros e compõe o grupo de indicadores financeiros e não econômicos.

Letra B está correta porque, o índice de liquidez demonstra a capacidade em que a empresa tem de transformar seus ativos em dinheiro e cumprir com suas obrigações.

A letra C está correta porque os índices de atividade revelam o tempo em que a empresa leva para renovar seus estoques, receber suas vendas e pagar seus fornecedores, analisando assim o ciclo operacional e financeiro da empresa, dessa forma avaliando a eficiência operacional da mesma.

A letra D está correta, pois a rentabilidade diz respeito ao lucro auferido pela entidade, dessa forma avaliando a capacidade da empresa na geração de resultados.

A letra E está correta porque os indicadores têm o objetivo de informar a situação de sua empresa e também de comparar com outras empresas do mesmo segmento através de índices-padrão.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “A”.

QUESTÃO 44 (Exame de Suficiência - 2015.1)

Uma Sociedade Empresária, tributada pelo lucro real, realizou as seguintes operações com mercadorias:

-Aquisição de 400 unidades de mercadoria pelo valor total de R\$80.000,00, neste valor incluídos

ICMS na alíquota de 18%; e PIS e Cofins na alíquota de 1,65% e 7,6%, respectivamente.

-Venda de 200 unidades de mercadoria por R\$70.000,00. Sobre a venda, incidiram tributos nas

alíquotas de: ICMS – 18%; PIS – 1,65%; e Cofins – 7,6%.

-A empresa não apresentava estoque inicial.

A contribuição dessas transações para o Valor Adicionado a Distribuir, apurada em conformidade

com a NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado, é de:

a) R\$40.900,00.

b) R\$37.200,00.

c) R\$30.000,00.

d) R\$21.825,00.

RESOLUÇÃO:

Foram adquiridas 400 unidades pelo valor de R\$ 80.000,00 e vendidas 200 unidades por R\$ 70.000,00. Para efeito de DVA, é insumo metade do valor pago nas compras, já que foram vendidos 50% do estoque R\$ R\$40.000,00.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	
1 – Receitas	70.000,00
2- Insumos adquiridos de terceiros	(40.000,00)
Valor adicionado total a distribuir	30.000,00

RESPOSTA CORRETA: LETRA “C”.

5-(EXAME DE SUFICIÊNCIA 2015.1) Em relação ao conteúdo da Demonstração dos Fluxos de Caixa de uma Sociedade Comercial, assinale a opção **CORRETA**.

- a) A integralização de capital, com a entrega de um terreno, é apresentada simultaneamente como caixa consumido na atividade de investimento e caixa gerado na atividade de financiamento.
- b) Na liquidação de um empréstimo obtido, o pagamento dos juros pode ser classificado como atividade operacional ou de financiamento, mas o principal da dívida deve ser classificado como atividade de financiamento.
- c) O lucro líquido é apresentado como componente da atividade operacional quando a Demonstração do Fluxo de Caixa é elaborada pelo método direto.
- d) O pagamento de parcela de arrendamento mercantil financeiro, realizado pelo arrendatário, deve ser classificado na atividade operacional.

RESOLUÇÃO:

NBC TG 03 (R2) – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

12. Uma única transação pode incluir fluxos de caixa classificados em mais de uma atividade. Por exemplo, quando o desembolso de caixa para pagamento de empréstimo inclui tanto os juros como o principal, a parte dos juros pode ser classificada como atividade operacional, mas a parte do principal deve ser classificada como atividade de financiamento.

33. Os juros pagos e recebidos e os dividendos e os juros sobre o capital próprio recebidos são comumente classificados como fluxos de caixa operacionais em instituições financeiras. Todavia, não há consenso sobre a classificação desses fluxos de caixa para outras entidades. Os juros pagos e recebidos e os dividendos e os juros sobre o capital próprio recebidos podem ser classificados

como fluxos de caixa operacionais, porque eles entram na determinação do lucro líquido ou prejuízo. Alternativamente, os juros pagos e os juros, os dividendos e os juros sobre o capital próprio recebidos podem ser classificados, respectivamente, como fluxos de caixa de financiamento e fluxos de caixa de investimento, porque são custos de obtenção de recursos financeiros ou retornos sobre investimentos.

34A. Esta Norma encoraja fortemente as entidades a classificarem os juros, recebidos ou pagos, e os dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades operacionais, e os dividendos e juros sobre o capital próprio pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento. Alternativa diferente deve ser seguida de nota evidenciando esse fato.

Dessa forma, juros pagos ou recebidos podem ser classificados no Caixa das Atividades Operacionais ou de Financiamentos.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “B”.

QUESTÃO 46 (Exame de Suficiência - 2015.2)

Uma Sociedade Empresária apresentou os seguintes dados para a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado em 2014:

Valor bruto das vendas de mercadorias R\$110.000,00

PIS sobre vendas R\$4.015,00

Cofins sobre vendas R\$8.360,00

ICMS sobre vendas R\$19.800,00

Valor líquido das vendas R\$77.825,00

Valor bruto das compras de mercadorias R\$70.000,00

PIS sobre compras a recuperar R\$2.555,00

Cofins sobre compras a recuperar R\$5.320,00

ICMS sobre compras a recuperar R\$12.600,00

Valor líquido das compras R\$49.525,00

Estoque Inicial de Mercadorias 0,00

Estoque Final de Mercadorias 0,00

Considerando-se que houve apenas esses saldos e movimentações, o Valor Adicionado Bruto, na Demonstração do Valor Adicionado, é igual a:

- a) R\$28.300,00.
- b) R\$40.000,00.
- c) R\$70.000,00.
- d) R\$110.000,00.

RESOLUÇÃO:

NBC TG 09 - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA,

1. O objetivo desta Norma é estabelecer critérios para elaboração e apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), a qual representa um dos elementos componentes do Balanço Social e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela entidade e sua distribuição, durante determinado período.

Definições:

Receita de venda de mercadorias, produtos e serviços representa os valores reconhecidos na contabilidade a esse título pelo regime de competência e incluídos na demonstração do resultado do período.

Insumo adquirido de terceiros representa os valores relativos às aquisições de matérias-primas, mercadorias, materiais, energia, serviços, etc. que tenham sido transformados em despesas do período. Enquanto permanecerem nos estoques, não compõem a formação da riqueza criada e distribuída.

Demonstração do Valor Adicionado

Cia. Empresária	
em R\$ mil	20XX
DESCRIÇÃO	
1-RECEITAS	110.000,00
1.1) Vendas de mercadoria, produtos e serviços	110.000,00
1.2) Provisão p/devedores duvidosos – Reversão/(Constituição)	
1.3) Não operacionais	
2-INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS e IPI)	70.000,00
2.1) Matérias-Primas consumidas	
2.2) Custos das mercadorias e serviços vendidos	70.000,00
2.3) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	
2.4) Perda/Recuperação de valores ativos	
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	40.000,00

RESPOSTA CORRETA: LETRA “B”.

QUESTÃO 47 (Exame de Suficiência - 2015.2)

Em relação à Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**.

I. A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL é uma demonstração de apresentação obrigatória pela Lei das Sociedades por Ações.

II. A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL poderá substituir a Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados – DLPA, pois as informações apresentadas na DLPA fazem parte da DMPL.

III. A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL evidencia quais contas sofreram alterações e os respectivos montantes, que deram origem às transformações ocorridas no Patrimônio Líquido.

IV. A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL deve evidenciar apenas as alterações ocorridas no Patrimônio Líquido relativas à parte dos acionistas não controladores.

A sequência **CORRETA** é:

- a) F, V, F, V.
- b) F, V, V, F.
- c) V, F, F, V.
- d) V, F, V, F.

UNILEÃO
Centro Universitário

RESOLUÇÃO:

Segundo o Art. 176 da Lei Societária, ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:

I - balanço patrimonial;

II - demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;

III - demonstração do resultado do exercício;

IV – demonstração dos fluxos de caixa; e

V – se companhia aberta, demonstração do valor adicionado.

Resolução

Item I falso, porque de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas no o Art. 176, da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, não é obrigatória.

Item II verdadeiro

Por conta da Lei das Sociedades Anônima do Art. 186, Inciso III, § 2º, da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, a s, a DLPA, poderá ser incluída na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL sim deixando assim esta alternativa verdadeira.

Item III verdadeiro

Em todos os movimentos financeiros que modificam os valores no patrimônio líquido deve sim aparecer na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL.

Item IV - Falso

Como vimos no item III, todas as contas que modificam devem ser apresentadas e não somente a conta dos acionistas não controladores.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “B”.

QUESTÃO 48 (Banca: FUNCAB - Órgão: ANS - Prova: Ativ. Tec. de Suporte - Administração, Economia ou Contabilidade)

A liquidez de uma empresa é medida pela sua capacidade de honrar suas obrigações no curto prazo, que pode ser medida, basicamente, através da liquidez corrente e liquidez seca. Sobre o assunto, é **CORRETO** afirmar que:

- a. índice de valor corrente é igual a ativo circulante/passivo circulante.

- b. para o cálculo da liquidez seca o valor em estoque é muito importante para determinar o índice desejado.
- c. quanto mais baixo o índice de liquidez corrente, mais a empresa é considerada líquida.
- d. a liquidez corrente mede a capacidade da empresa de saldar suas obrigações com o saldo em conta corrente.
- e. a liquidez seca é semelhante à liquidez corrente, exceto pelo fato de excluir as contas a pagar.

RESOLUÇÃO:

Correta: letra A, pois para a apuração do índice de liquidez corrente é necessária a divisão entre o ativo circulante e passivo circulante.

B está incorreta, pois para o cálculo do índice de liquidez seca desconsidera-se o valor em estoque.

C está incorreta, pois para os índices de liquidez quanto maior melhor, se o índice de liquidez corrente está baixo, quer dizer que a empresa está menos líquida, ou seja, com uma menor capacidade de pagamento.

D está errada, pois o índice de liquidez corrente leva em consideração todos os valores contidos no ativo circulante e não apenas os valores contidos em conta corrente.

Letra E está errada, pois o índice de liquidez seca exclui os estoques e não as contas a pagar .

RESPOSTA CORRETA: LETRA “A”.

QUESTÃO 49 (Banca: CESPE - Órgão TCU - Prova: Auditor Federal de Controle Externo - Auditoria Governamental)

Com relação aos conceitos de análise das demonstrações contábeis envolvendo retorno sobre o capital empregado e análise da lucratividade, julgue o item que se segue.

O retorno sobre o patrimônio líquido de uma empresa é negativo quando os custos e as despesas são maiores que as receitas.

- () Certo
() Errado

Resposta: A afirmativa está correta, pois quando os custos e as despesas são maiores que as receitas a empresa terá prejuízo, dessa forma, o retorno não será um ganho e sim uma perda fazendo com que haja um retorno negativo.

QUESTÃO 50 (Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro)

Sobre a análise financeira de Balanços, quando encontramos a relação percentual de um elemento com o todo de que faz parte, estamos utilizando o método de análise denominado de:

- a- análise por meio de quocientes.
b- análise vertical.
c- análise horizontal
d- análise comparativo

RESOLUÇÃO:

A letra A está errada porque a análise por meio de quociente, revela a revelação numérica e não em percentual entre dois componentes patrimoniais.

A letra B está certa porque a análise vertical representa o percentual de uma conta com o grupo a qual está inserida

A letra c está errada porque a análise horizontal, é representado em tendência pra saber se houver crescimento em determinado período.

A letra D está errada porque a análise comparativa irá comparar os resultados obtidos de um ou mais períodos.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “B”.

QUESTÃO 51 A 60 - ÉTICA E LEGISLAÇÃO PROFISSIONAL E LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

Assuntos abordados:

- Penalidades
- Dos deveres e das proibições
- Princípios fundamentais de ética e sigilo
- Normas gerais e especiais de tutela de trabalho (suspensão e interrupção do contrato de trabalho, menor de idade e salário)



QUESTÃO 51 (FCC -2015 TRT 3º REGIÃO (MG) Técnico Jurídico - Suspensão e Interrupção de Contrato)

Mário ausentou-se do trabalho por três dias por ter se casado, tirando suas férias vencidas em seguida, e, finalmente, deixando de retornar ao trabalho por ter acompanhado sua esposa que foi, voluntariamente, dia sangue, sem previsão de abono de falta em norma coletiva. No caso exposto tem-se, respectivamente, a caracterização no contrato de trabalho:

- A) Interrupção, interrupção e suspensão, respectivamente.
- B) Interrupção, suspensão e suspensão, respectivamente.
- C) Suspensão, interrupção e interrupção, respectivamente.
- D) Suspensão, em todos os casos.
- E) Interrupção, em todos os casos.

RESOLUÇÃO:

A resposta correta é a A, no caso afastamento no período de três dias e por ter gozado suas férias vencidas, trata-se de interrupção. Segundo o ART. 473 “O emprego deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário. II três dias consecutivos, em virtude de casamento. CF- de 1988 ART.7 XVII gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos um terço A mais do que o salário.”. As questões B, C, D, E estão erradas, por que, quem fez a doação de sangue foi à esposa de Mário não ele. Conforme o ART. 474 IV “Por um dia, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada.” O art. Cadê somente a esposa.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “A”.

QUESTÃO 52 (FCC - 2015 - TCM-GO - Auditor de Controle Externo)

Na condução de auditorias, devem ser observados os princípios éticos estruturais do código de Ética do *International Organization of Supreme Audit Institutions* - INTOSAI, recomendado às Entidades Fiscalizadoras Superiores - EFS, tais como os princípios de integridade, da independência, do conflito de interesse, da objetividade, da imparcialidade, da aparência, da neutralidade política, da confidencialidade e do profissionalismo. O princípio ético que requer que o auditor observe a forma e a finalidade dos padrões de auditoria e de ética considere os princípios de independência e objetividade, seja absolutamente honesto na realização de seu trabalho e na utilização dos recursos da EFS, mantenha impecáveis padrões de conduta profissional e tome decisões de acordo com o interesse público, é o princípio.

- (A) de integridade.
- (B) da neutralidade política.
- (C) da objetividade.
- (D) da aparência.
- (E) do conflito de interesse.

A resposta correta é a letra A, essa opção é a correta porque o princípio da integridade é o que se enquadra melhor, pois é o princípio que passa maior confiança para os clientes. Tudo que envolve quebra de confiança se enquadra nesse princípio. As demais letras estão erradas, pois seus princípios não se enquadram nessa finalidade. A neutralidade política não faz parte de nenhum dos lados. O princípio da objetividade prioriza o objetivo para melhor prestar serviços ao seu cliente. No geral ser objetivo. A teoria da aparência visa fazer uma coisa real parecer irreal. O conflito de interesse visa um julgamento profissional, com base em interesses não primários.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “A”.

QUESTÃO 53 (Exame de Suficiência 2015.1)

De acordo com o Código de Ética Profissional do Contador, no que se refere à aplicação das sanções éticas, **NÃO** pode ser considerado (a) como atenuante o (a):

- a) ação desenvolvida em defesa de prerrogativa profissional.
- b) ausência de punição ética anterior.
- c) exercício profissional por um prazo inferior a um ano.
- d) prestação de relevantes serviços à Contabilidade.

RESOLUÇÃO:

A questão trata dos atenuantes das sanções aplicadas em caso de penalidades, com base no Código de Ética do Profissional Contábil. Atenuantes são as ações que diminuem a gravidade da falta ou crime cometido. Tais informações constam no Art. 12 do referido código. As alternativas A, B e D trazem transcrições do Art. 12, o que faz com que estas estejam corretas, já a afirmativa da opção C não consta no código de ética, tornando-a incorreta e, portanto, o gabarito da questão.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “C”.

QUESTÃO 54 (Exame de Suficiência 2015.2)

Considerando-se o Código de Ética Profissional do Contador, julgue os itens abaixo e em seguida, assinale a opção **CORRETA**.

- I. No desempenho de suas funções, é vedado ao profissional da contabilidade exercer a profissão quando impedido ou facilitar, por qualquer meio, o seu exercício aos não habilitados ou impedidos.
- II. No desempenho de suas funções, é vedado ao profissional da contabilidade manter organização contábil sob forma não autorizada pela legislação pertinente.

III. No desempenho de suas funções, é permitido ao profissional da contabilidade valer-se de agenciador de serviços, mediante participação desse nos honorários a receber.

Estão **CORRETOS** os itens:

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) I, II e III.
- d) II e III, apenas.

RESOLUÇÃO:

O item I está correto, pois conforme o Art. 3º da Resolução CFC nº 803/96 (Alterada pela resolução CFC nº 1.307/10), o profissional contábil que estiver impedido de exercer a profissão, além de não poder fazê-lo, fica vedado de facilitar que outros na mesma situação o façam.

O item II está correto, pois conforme o Art. 3º da Resolução CFC nº 803/96 (Alterada pela resolução CFC nº 1.307/10), o profissional contábil deve obedecer a forma de organização contábil conforme o exigido pela legislação vigente.

O item III está incorreto, pois afirmar que o contador atuar como agenciador de serviços, mediante recebimento de honorários, no entanto o item VII do Art. 3º da Resolução CFC nº 803/96 (Alterada pela resolução CFC nº 1.307/10) proíbe tal atitude.

A letra A afirma que os itens I e II estão corretos, logo é o gabarito da questão.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “A”.

QUESTÃO 55 (Exame de Suficiência 2015.2)

Na busca da expansão de seu escritório contábil, um contador divulgou, em jornal especializado, que possui qualificação técnica

para avaliação de empresas e de haveres, bem como apresentou, com a devida autorização, a lista de seus principais clientes. Considerando-se o que está estabelecido no Código de Ética Profissional do Contador é **CORRETO** afirmar que a atitude do contador:

- a) está em conformidade com o Código de Ética Profissional do Contador, pois é permitido divulgar lista que contenha o nome de seus clientes, se por estes autorizado, e fazer referências à qualificação técnica e conhecimentos específicos.
- b) está, parcialmente, em conformidade com o Código de Ética Profissional do Contador, pois, em nenhuma hipótese, é permitido divulgar a lista com o nome de seus clientes.
- c) está, parcialmente, em conformidade com o Código de Ética Profissional do Contador, pois, em nenhuma hipótese, é permitido fazer referências à qualificação técnica e conhecimentos específicos.
- d) não está em conformidade com o Código de Ética Profissional do Contador, pois não é permitido divulgar a lista com o nome de seus clientes nem fazer referências à qualificação técnica e conhecimentos específicos.

RESOLUÇÃO:

O profissional contábil apresentado no enunciado da questão possui qualificação técnica e, portanto, conforme o previsto no Código de Ética Profissional do Contador, pode anunciá-la. Quanto a divulgação da lista de clientes, o item XVI do Art. 3º da Resolução CFC nº 803/96 (Alterada pela resolução CFC nº 1.307/10) explica que a quebra de sigilo profissional é proibida, exceto quando houver autorização do cliente. Dessa forma, o gabarito da questão é a letra A

RESPOSTA CORRETA: LETRA “A”.

QUESTÃO 56 (VUNESP – 2015 – TJ-SP Contador Jurídico)

No desempenho de suas funções, é vedado ao Profissional da Contabilidade:

- a) comunicar ao CRC a mudança de seu domicílio ou endereço e da organização contábil de sua responsabilidade, bem como a ocorrência de outros fatos necessários ao controle e à fiscalização profissional.
- b) se substituído em suas funções, informar ao substituto sobre fatos que devam chegar ao conhecimento deste, a fim de habilitá-lo para o bom desempenho das funções a serem exercidas.
- c) anunciar, em qualquer modalidade ou veículo de comunicação, conteúdo que resulte na diminuição do colega, da Organização Contábil ou da classe, em detrimento aos demais, sendo sempre admitida a indicação de títulos, especializações, serviços oferecidos, trabalhos realizados e relação de clientes.
- d) renunciar às funções que exerce, logo que se positivar falta de confiança por parte do cliente ou empregador, a quem deverá notificar com trinta dias de antecedência, zelando, contudo, para que seus interesses não sejam prejudicados, evitando declarações públicas sobre os motivos da renúncia.
- e) zelar pela sua competência exclusiva na orientação técnica dos serviços a seu cargo.

RESOLUÇÃO:

Resolução 803/1996 - Código de ética do profissional contador .
Conselho Federal de Contabilidade

Art. 3º No desempenho de suas funções, é vedado ao Profissional da Contabilidade:

I – anunciar, em qualquer modalidade ou veículo de comunicação, conteúdo que resulte na diminuição do colega, da Organização Contábil ou da classe, em detrimento aos demais, sendo sempre

admitida a indicação de títulos, especializações, serviços oferecidos, trabalhos realizados e relação de clientes;

RESPOSTA CORRETA: LETRA “C”.

QUESTÃO 57 (FCC - 2015 - TRT - 9ª Região - Direito do Trabalho)

Considere:

I. As convenções coletivas e os acordos coletivos de trabalho são exemplos de fontes formais autônomas do Direito do Trabalho.

II. A legislação trabalhista faz referência aos costumes como fonte integradora do Direito do Trabalho.

III. A jurisprudência não é considerada fonte formal de Direito do Trabalho, uma vez que não há previsão legal para sua utilização, bem como se refere apenas a casos concretos e específicos.

Está correto o que se afirma em.

- a) I e II, apenas.
- b) III, apenas.
- c) I, II e III.
- d) I e III, apenas.
- e) II, apenas.

RESOLUÇÃO:

Resposta correta é a letra A. I Está correto, pois decorrem de acordo com as vontades ambas as partes. II. Está correto, de acordo com o que consiste na CLT, Art. 8º. III. Está errado, pois jurisprudência é fonte formal, segundo o “Art. 8º - As autoridades administrativas e a Justiça do Trabalho. Na falta de disposições legais ou contratuais, decidirão, conforme o caso, pela jurisprudência, por analogia, por equidade e outros princípios e normas gerais de direito, principalmente do direito do trabalho, e, ainda, de acordo com os usos e costumes, o direito comparado, mas sempre de maneira que nenhum interesse de classe ou particular prevaleça sobre o interesse público”.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “A”.

QUESTÃO 58 (CESPE - 2015 - AGU - Princípios do Direito do Trabalho)

O princípio constitucional da norma mais favorável ao trabalhador incide quando se está diante de conflito de normas possivelmente aplicáveis ao caso.

- () Certo
() Errado

O item está correto, pois no caso trabalhista o conflito se resolve em benefício para o trabalhador.

QUESTÃO 59 (FCC- 2015–TRT 15ª Região - Trabalho Infantil)

De acordo com a normativa vigente, a respeito do enfrentamento do trabalho infantil,

- A) Não é considerada exploração do trabalho infantil a inclusão de adolescente entre 14 e 16 anos em obras públicas, para atividades de pequena complexidade e esforço, quando ficar caracterizada a situação de extrema pobreza da família.
- B) Não é considerada exploração do trabalho infantil a contratação de adolescente a partir dos 16 anos de idade, em paralelamente em programa de complementação de renda.
- C) É considerada exploração do trabalho infantil a contratação, como aprendiz, de adolescente a partir dos 14 anos, para desenvolver atividade educativa.
- D) É considerada exploração do trabalho infantil a contratação que esteja de acordo com a antiga doutrina da proteção integral.
- E) É considerada exploração de trabalho infantil também a forma invisível de sua configuração, como o trabalho doméstico.

RESOLUÇÃO:

As letra A, B, C e D estão erradas, conforme os ART. 403 e 404 da CLT, fica proibido qualquer trabalho a menor de 16 anos, tendo exceção de jovem aprendiz, sendo a partir de 14 anos.

A letra E está correta, por se proibido o trabalho doméstico a menos de 18 anos. Conforme decreto. Nº 6.481. Lembrando que as atividades diárias atribuída de pais a filhos não se quadra as essa regra.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “E”.

QUESTÃO 60 (2015- FCC -TRT - 3ª Região - Dos deveres e das proibições)

Sobre os princípios éticos que o profissional de contabilidade deve seguir, considere:

- I. Integridade: ser franco e honesto em todos os relacionamentos profissionais e comerciais.
- II. Objetividade: não permitir que comportamento tendencioso, conflito de interesse ou influência indevida de outros afetem o julgamento profissional ou de negócio.
- III. Comportamento profissional: cumprir as leis e os regulamentos pertinentes e evitar qualquer ação que desacredite a profissão.
- IV. Sigilo profissional: respeitar o sigilo das informações obtidas em decorrência de relacionamentos profissionais e, portanto, não divulgar nenhuma dessas informações a terceiros, mesmo que haja algum direito ou dever legal ou profissional de divulgação.

Está **CORRETO** o que se afirma em:

- a) I, II e III, apenas
- b) II, III e IV, apenas
- c) I, II e IV, apenas
- d) I, III e IV, apenas
- e) I, III, III e IV

RESOLUÇÃO:

As afirmativas I, II e III estão de acordo com a seção da NBC PG - Norma Brasileira de Contabilidade - PG Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 100 de 24 de janeiro de 2014 que trata dos princípios que devem ser respeitados pelo contador e, portanto, estão corretas. Quanto à afirmativa IV, o item II da Resolução CFC nº 803/96 (Alterada pela resolução CFC nº 1.307/10) traz o seguinte: “guardar sigilo sobre o que souber em razão do exercício profissional lícito, inclusive no âmbito do serviço público, ressalvados os casos previstos em lei ou quando solicitado por autoridades competentes, entre estas os Conselhos Regionais de Contabilidade”. Dessa forma, o profissional contador tem a obrigação de divulgar dados sigilosos quando estes forem de interesse de órgãos superiores, o que torna a afirmação incorreta.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “A”.



QUESTÃO 61 A 70 - LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Assuntos abordados:

- Limites constitucionais ao poder de tributar (princípios)
- Definição de tributo
- Legislação tributária (vigência, aplicação e interpretação e integração da legislação tributária)
- Obrigação tributária
- Crédito tributário



QUESTÃO 61 (Universidade Patativa do Assaré - Fiscal de Tributos - Prefeitura Municipal de Caririáçu- 2015)

Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada (CTN, art. 3º). De acordo com o artigo 145 da Constituição Federal de 1988, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:

- a. Impostos, taxas e contribuições de melhoria.
- b. Impostos, taxas e encargos trabalhistas.
- c. Impostos, taxas e multas.
- d. Impostos, aluguéis e contribuições de melhoria.

RESOLUÇÃO:

- a] A constituição Federal, em seu artigo 145, expressa apenas três tipos de tributos: Impostos, taxas e contribuições de melhoria, Os quais estão todos elencados na alternativa.
- b] Encargos trabalhistas não aparecem no rol taxativo dos tributos expressos no Art. 145 da CF.
- c] Multas não aparecem no rol taxativo dos tributos expressos no Art. 145 da CF.
- d] Aluguéis não aparecem no rol taxativo dos tributos expressos no Art. 145 da CF.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “A”.

QUESTÃO 62 (Fundação Getúlio Vargas – Agente Fazendário - Secretaria Municipal de Fazenda de Niterói - 2015)

Nos termos do Código Tributário Nacional, são modalidades de extinção do crédito tributário:

- a. parcelamento, remissão e decadência;
- b. pagamento, transação e conversão do depósito em renda;

- c. anistia, moratória e prescrição;
- d. decadência, transação e isenção;
- e. pagamento, prescrição e parcelamento.

RESOLUÇÃO:

O art. 156 do código tributário nacional expõe em seus onze incisos as modalidades de extinção de crédito tributário. Estando entres estas: o pagamento, a transação e a conversão do depósito em renda; essas todas constantes na questão correta (alternativa “B”).

a] Apesar de a remissão e a decadência comporem os incisos do art. 156 do código, o parcelamento não compõe os incisos, deixando a alternativa incorreta

c] Tanto anistia quanto moratória não são modalidade de extinção de créditos tributários previstos no art.156 do CTN.

d] A isenção não aparece no rol de modalidades de extinção de crédito tributário constantes no CTN.

e] Assim como na alternativa “A”, a presença do parcelamento deixa a questão incorreta.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “B”.

QUESTÃO 63 (Fundação Carlos Chagas - Auditor Do TCE AM - 2015)

A Dívida Ativa Tributária é o crédito da Fazenda Pública dessa natureza, ... e Dívida Ativa não Tributária são os demais créditos da Fazenda Pública (Lei Federal nº 4.320/1964). No exercício de 2014, o Estado do Amazonas inscreveu, em dívida ativa estadual, valores devidos por Carlos e originários de: (I) débitos de IPVA, não pagos por ele, (II) multas por infração à legislação do IPVA aplicadas a Carlos, e (III) multas de trânsito aplicadas a Carlos, por infração ao Código de Trânsito Brasileiro. De acordo com a Lei Federal nº 4.320/1964, esses valores são classificados, respectivamente, como dívidas ativas:

- a. tributárias, não tributárias e não tributárias.
- b. não tributárias, não tributárias e não tributárias.
- c. tributárias, tributárias e tributárias.
- d. não tributárias, tributárias e não tributárias.
- e. tributárias, tributárias e não tributárias.

RESOLUÇÃO:

A alternativa correta é a letra “E”, pois débitos de IPVA e multas por infração à legislação do IPVA, segundo a lei, são créditos tributários e, multas de trânsito são créditos não tributários. Assim, segundo o art. 39 da Lei nº 4.320 de 1964, temos que, Dívida Ativa Tributária é o crédito da Fazenda Pública dessa natureza, proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas, e Dívida Ativa não Tributária são os demais créditos da Fazenda Pública, tais como os provenientes de empréstimos compulsórios, contribuições estabelecidas em lei, multa de qualquer origem ou natureza, exceto as tributárias, foros, laudêmios, alugueis ou taxas de ocupação, custas processuais, preços de serviços prestados por estabelecimentos públicos, indenizações, reposições, restituições, alcances dos responsáveis definitivamente julgados, bem assim os créditos decorrentes de obrigações em moeda estrangeira, de sub-rogação de hipoteca, fiança, aval ou outra garantia, de contratos em geral ou de outras obrigações legais. Ainda sobre dívida ativa não tributária, temos que os créditos não tributários são os decorrentes de uma relação jurídica que não tem fundo tributário. São exemplos: multas pelo exercício do poder de polícia, as multas de qualquer origem ou natureza, como as administrativas, trabalhistas, penais e eleitorais; créditos decorrentes da utilização do patrimônio como os foros, laudêmios, alugueis ou taxas de ocupação; dos créditos decorrentes de sub-rogação de hipoteca, fiança, aval ou outra garantia de contratos em geral ou de outras obrigações, como os créditos rurais; créditos de ressarcimento ao erário; créditos de FGTS, entre outros.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “E”.

QUESTÃO 64 (Fundação Carlos Chagas – Auditor Fiscal da Fazenda Estadual - Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí - 2015)

Com base nas normas da Constituição Federal e do Código Tributário Nacional, a contribuição de melhoria:

- a. pode ser cobrada da União, em relação a terreno baldio de sua propriedade, por Município que tenha realizado obra pública da qual tenha resultado valorização do referido imóvel.
- b. é uma espécie de contribuição pertencente ao gênero das contribuições sociais.
- c. pode ser cobrada em razão de obra realizada em imóvel pertencente ao próprio ente tributante, no qual funciona repartição pública, e da qual tenha resultado valorização do imóvel.
- d. só pode ser cobrada pela União, a quem cabe instituir contribuições de todas as espécies.
- e. tem como limite total a despesa orçada para a obra pública a ser realizada.

RESOLUÇÃO:

A alternativa correta é a letra “A”, haja vista a incidência da contribuição de melhoria ser sobre imóveis construídos ou não, como é o caso do terreno baldio que devido a obra feita pelo município sofreu uma valorização imobiliária, e sendo de posse da união pode ser cobrada pelo município.

As demais alternativas estão incorretas pelo seguinte:

B] Por afirmar que a contribuição de melhoria é do gênero de contribuições sociais, onde na verdade o Código Tributário Nacional em seu Art. 5º. e na Constituição Federal em seu Art. 145,

estabelecem que as contribuições de melhorias são do gênero de tributos.

C] Pois a contribuição de melhoria é cobrada em razão de obra pública, tendo em vista o interesse público e não individual.

D] Pelo fato da contribuição ser cobrada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios e não somente pela União (Art. 81, CTN).

E] O limite total para a contribuição de melhoria é o valor da despesa realizada e não à orçada (Art. 81, CTN).

RESPOSTA CORRETA: LETRA “A”.

QUESTÃO 65 (Fundação Brasileira de Contabilidade - Exame de Suficiência CRC 2015.2)

De acordo com o Código Tributário Nacional, considere as situações que extinguem o crédito tributário, apresentadas nos itens abaixo, e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**.

- I. O pagamento antecipado e a homologação do lançamento.
- II. A decisão judicial passada em julgado.
- III. A consignação em pagamento.
- IV. A concessão de medida liminar em mandado de segurança

Estão **CORRETAS** as situações apresentadas nos itens:

- a) I e II.
- b) I, II e III.
- c) I, III e IV.
- d) II, III e IV

RESOLUÇÃO:

Item I. De acordo com o art. 156, inciso VII do Código Tributário Nacional, nos termos dispostos no art. 150 §§ 1º e 4º do mesmo Código, o pagamento antecipado dos tributos pelo obrigado, quando a legislação atribui a ele tal pagamento, extingue o crédito

tributário, assim como se a lei não fixar um prazo para a validação de um tributo, este terá prazo de cinco anos a partir da ocorrência do fato gerador. Expirado este prazo sem que a Fazenda Pública se pronuncie, considera-se validado e extinto o crédito tributário.

Item II. Segundo o art. 156, inciso X do Código Tributário Nacional, a decisão judicial passada em julgado extingue o crédito tributário.

Item III. O art. 156, inciso VIII do Código Tributário Nacional diz que a consignação em pagamento, nos termos do art. 164 § 2º também extingue o crédito tributário.

Art. 164, § 2º do Código Tributário Nacional:

Julgada procedente a consignação, o pagamento se reputa efetuado e a importância consignada é convertida em renda; julgada improcedente a consignação no todo ou em parte, cobra-se o crédito acrescido de juros de mora, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Item IV. A concessão de medida liminar em mandado de segurança apenas suspende o crédito tributário e não o extingue como relata o art. 151, inciso IV do Código Tributário Nacional.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “B”.

QUESTÃO 66 (Banca: INSTITUTO CIDADES Órgão: Prefeitura de Barro Alto - GO Prova: Auditor do Controle Interno)

O Direito Tributário é o conjunto das leis reguladoras da arrecadação dos tributos (taxas, impostos e contribuição de melhoria), bem como de sua fiscalização. Em relação aos tributos, associe as definições aos conceitos e, em seguida, assinale a sequência correta:

(I) Tributo

- (II) Imposto
- (III) Taxa
- (IV) Contribuição de Melhoria

() É classificado como um tributo não vinculado, por possuir uma hipótese de incidência cuja materialidade independe de qualquer atividade estatal.

() É um tributo vinculado indiretamente, por possuir uma hipótese de incidência consistente numa atuação estatal indiretamente referida ao contribuinte.

() É toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não se constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

() É um tributo vinculado diretamente, por possuir a sua hipótese de incidência consistente numa ação estatal diretamente referida ao contribuinte.

- a) I, II, III, IV
- b) II, IV, III, I
- c) II, IV, I, III
- d) III, I, II, I

UNILEÃO
Centro Universitário

RESOLUÇÃO:

A alternativa correta é a letra c, estando as demais incorretas, pois segundo o artigo 3º do Código Tributário Nacional (CTN), um tributo é “toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”. Ainda segundo o CTN, em seu artigo 5º, os tributos podem ser divididos em: impostos, taxas, contribuições, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições para fiscais.

Temos ainda que os impostos, segundo o artigo 16º do CTN, “é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação

independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte”.

De acordo com o artigo 77º do CTN, taxa é um tributo “que tem como fato gerador o exercício regulador do poder de polícia, ou a utilização efetiva e potencial, de serviço público específico e divisível”.

Segundo o artigo 81º do CTN, “é um tributo cobrado pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra a valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado”. É um tributo pouco usual.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “C”.

QUESTÃO 67 (VUNESP - Prefeitura de São José dos Campos - SP - Auditor Tributário Municipal)

De acordo com a legislação tributária brasileira, é correto afirmar que:

- a) as taxas podem ter bases de cálculo ou fato gerador próprio de impostos.
- b) nenhum tributo pode ser cobrado no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- c) o imposto sobre transmissão *causa mortis* e doações é de competência municipal.
- d) a legislação tributária aplica-se a ato ou fato pretérito ainda não definitivamente julgado quando deixe de defini-lo como infração.
- e) na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na ordem indicada: os princípios gerais de direito tributário, os princípios gerais de direito público, a analogia e a equidade.

RESOLUÇÃO:

LETRA D Correta. Segundo o art. 106, inciso II, alínea b, do Código Tributário Nacional, quando o ato passado que ainda não estiver definitivamente julgado deixar de ser definido como infração, então será aplicada a legislação tributária.

LETRA A Incorreta. De acordo com o § 2º do art. 145 da Constituição Federal do Brasil (1988) as taxas não podem ter base de cálculo própria de imposto, fazendo com que a alternativa seja incorreta.

LETRA B Incorreta. Segundo a alínea b do inciso III do artigo 150 da Constituição Federal do Brasil (1988), é vedada a cobrança de impostos no mesmo exercício em que foi publicada a lei de criação ou aumento. MAS o § 1º do mesmo artigo relata que a vedação não se aplica aos tributos:

Art. 148 (CF 1988) A União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios:

I - para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência;

Art. 153 (CF 1988) Compete à União instituir impostos sobre:

I - importação de produtos estrangeiros;

II - exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados;

IV - produtos industrializados;

V - operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.

Art. 154(CF 1988) A União poderá instituir:

II - na iminência ou no caso de guerra externa, impostos extraordinários, compreendidos ou não em sua competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação.

LETRA C Incorreta. O Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação - ITCMD, é um tributo de competência dos Estados e do Distrito Federal, cujo fato gerador é a transmissão causa mortis de imóveis e a doação de quaisquer bens ou direitos,

conforme Constituição Federal - artigo 155, I e § 1º e Código Tributário Nacional – artigo 35.

LETRA E Incorreta. De acordo com o art. 108 do Código Tributário Nacional:

Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na ordem indicada:

I - a analogia;

II - os princípios gerais de direito tributário;

III - os princípios gerais de direito público;

IV - a equidade.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “D”.

QUESTÃO 68 (IDECAN - Prefeitura de Rio Novo do Sul ES - Agente Fiscal, 2015)

Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda, ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.” Nos termos do Código Tributário Nacional, o trecho apresentado anteriormente é:

a) verdadeiro.

b) falso, pois o conceito deve abranger a sanção por atos ilícitos.

c) falso, posto que o trecho apresentado refere-se ao conceito de imposto.

d) falso, já que a atividade administrativa, no caso, é plenamente discricionária.

RESOLUÇÃO:

A alternativa correta é a letra “A”, por afirmar que o trecho é verdadeiro, o que as outras alternativas à contradizem erroneamente pelo seguinte:

Na alternativa “B” é afirmado que a prestação pecuniária compulsória deve abranger a sanção por atos ilícitos, onde o Código Tributário Nacional especificamente no referido trecho citado precisamente o Art. 3º. do CTN expressa o inverso, deixando explícito que tal prestação não pode ser constituída por atos em desacordo com a lei.

A alternativa “C” diz que tal conceito é de imposto, porém está errada pois o imposto é uma espécie de tributo, uma ramificação, e é conceituado da seguinte forma em seu artigo 16º do CTN: Imposto “é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte”.

E a alternativa “D” está errada pelo fato de que a cobrança só pode ocorrer se vinculada aos parâmetros legais exigidos e preenchidos.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “A”.

QUETSÃO 69 (VUNESP – Juiz Substituto – TJ-MS 2015)

De acordo com as disposições do Código Tributário Nacional, é correto afirmar que:

- a) o sujeito passivo da obrigação principal diz-se responsável quando tenha relação pessoal e direta com o fato gerador.
- b) a responsabilidade por infrações da legislação tributária, salvo disposição de lei em contrário, independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.
- c) a solidariedade passiva tributária comporta benefício de ordem.
- d) a obrigação acessória é sempre dependente da prévia existência da obrigação principal.
- e) a capacidade tributária passiva depende de estar a pessoa jurídica regularmente constituída

LETRA B (CORRETA)

O art. 136 do Código Tributário Nacional (CTN) afirma que: Salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato. Sendo assim a alternativa está correta.

LETRA A (INCORRETA)

Conforme o inciso I do art. 121 do Código Tributário Nacional diz que o sujeito passivo é contribuinte e não responsável quando existe esse tipo de relação citada.

Art. 121 – Código Tributário Nacional

Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.

Parágrafo único. O sujeito passivo da obrigação principal diz-se:

I – contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;(...)

LETRA C (INCORRETA)

De acordo com o parágrafo único do art. 124 do Código Tributário Nacional, este tipo de solidariedade não comporta benefício de ordem.

Art. 124. São solidariamente obrigadas:

(...)

Parágrafo único. A solidariedade referida neste artigo não comporta benefício de ordem (...)

LETRA D (INCORRETA)

Nem sempre é dependente, apenas quando não se cumpre a obrigação acessória. A partir disso a obrigação torna-se principal. Os dois artigos do Código Tributário Nacional a seguir trazem uma explicação mais formal sobre isso.

Art. 113. A obrigação tributária é principal ou acessória.

(...)

§ 3º A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.(...)

Art. 115. Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

LETRA E (INCORRETA)

O inciso III do art. 126 do Código Tributário Nacional diz que a capacidade tributária passiva INDEPENDE de estar ou não estar a pessoa jurídica regularmente constituída.

Art. 126. A capacidade tributária passiva independe:

(...)

III - de estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional. (...)

RESPOSTA CORRETA: LETRA “B”.

QUESTÃO 70 (CAIP-IMES - Procurador Judicial - DAE de São Caetano do Sul - SP - 2015)

O Código Tributário nacional, em seu artigo 16, nos ensina que imposto é:

- a) tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação dependente de atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.
- b) tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação dependente de atividade privada específica, relativa ao contribuinte.
- c) tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade privada específica, relativa ao contribuinte.
- d) tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

RESOLUÇÃO:

D] A alternativa está idêntica ao texto expresso no artigo 16 do Código Tributário nacional: “Art. 16. Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte”.

As demais alternativas estão incorretas pelo seguinte:

A] A alternativa expõe que o fato gerador depende de atividade estatal específica.

B] Expõe que o fato gerador depende de atividade estatal específica.

C] Esta alternativa expressa que o fato gerador independe de atividade estatal específica, quando na verdade o fato gerador independe de atividade estatal específica ao invés de privada específica.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “D”.



QUESTÃO 71 A 80 - TEORIA E NORMAS DE CONTABILIDADE

Assuntos abordados:

- Mensuração dos ativos, passivos e do valor justo
- Características da informação contábil
- Escrituração conceitual das normas brasileiras de contabilidade
- Provisões, passivos e ativos contingentes
- Ativo imobilizado, propriedade para investimento e ativo intangível
- Mensuração do valor justo
- Receitas



QUESTÃO 71 (CRC 01/2015 - Prova de Bacharel)

Com relação à situação patrimonial, assinale a opção **INCORRETA**.

- a) A compra de matéria-prima a prazo provoca um aumento no Ativo e no Passivo.
- b) A integralização de capital em dinheiro provoca aumento no Ativo e no Patrimônio Líquido.
- c) O pagamento da compra de máquinas em dinheiro provoca redução no Ativo e aumento no Passivo.
- d) O pagamento de fornecedores em dinheiro provoca diminuição no Ativo e no Passivo.

RESOLUÇÃO:

- a) **CORRETA:** Se a compra é a prazo debita estoque (Ativo Circulante) e credita fornecedor (Passivo Circulante) aumentando o ativo e o passivo.
- b) **CORRETA:** A integralização em dinheiro debita Caixa (Ativo circulante) e credita Capital social (patrimônio Líquido) aumentando o Ativo e o Passivo.
- c) **INCORRETA:** nesse lançamento debita Máquinas e equipamentos (Ativo Imobilizado) e credita Caixa (Ativo Circulante) por ser pagamento a vista. Não altera o valor total do ativo e não envolve contas do passivo.
- d) **CORRETA:** debita fornecedor (Passivo Circulante) e Credita Caixa (Ativo Circulante) diminui tanto o Passivo pela quitação e o Ativo pela redução no Caixa.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “C”.

QUESTÃO 72 (CRC 01/2015 - Prova de Bacharel)

Em relação aos efeitos contábeis referentes aos registros das transações de uma empresa no mês de fevereiro de 2015, julgue os itens abaixo, como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**.

I. O pagamento do aluguel do mês anterior, na data de vencimento, diminui o Ativo e o Passivo e não gerou nenhuma mudança no Patrimônio Líquido.

II. A compra à vista de mercadorias não alterou o total do Ativo, não alterou o total do Passivo e não gerou nenhuma mudança no Patrimônio Líquido.

III. A aquisição de ações de emissão da própria empresa, à vista, diminui o Ativo, não alterou o Passivo Exigível e aumentou o Patrimônio Líquido.

A sequência **CORRETA** é:

- a) F, F, V.
- b) F, V, F.
- c) V, F, V.
- d) V, V, F

RESOLUÇÃO:

Item I: é verdadeiro, por que a despesa de aluguel deve ser provisionada no final do mês anterior e quando paga é baixada a provisão pelo caixa, entretanto não envolve nenhuma conta do patrimônio líquido.

Item II: é verdadeiro. Quando a compra é avista o mesmo valor que é creditado no caixa será debitado no estoque de mercadorias permanecendo o mesmo total do ativo. Nesses lançamentos não envolve contas no passivo e nem patrimônio líquido.

Item III: é falso. A empresa adquiriu ações próprias a vista, por ser a vista credita caixa que diminuirá o ativo, e debita o PL sem envolver o Passivo. Por tanto não aumenta o PL pelo contrário diminui. Essa conta “ações em tesouraria” é retificadora do PL por isso diminui pelo débito. Ela está comprando sua própria ação no mercado.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “D”.

QUESTÃO 73 (Prova: Contador – Banca: Cespe – Órgão: Fub – Ano 2015)

Com respeito à legislação e à normatização contábil brasileira vigente, julgue o item subsequente.

A Lei n.º 6.404/1976, ou Lei das Sociedades por Ações, originalmente elaborada em consonância com as teorias da Escola Italiana de Contabilidade, foi, nos últimos anos, modificada para atender a convergência da contabilidade brasileira às normas internacionais de contabilidade do IASB.

() Certo

() Errado

Resposta Correta: Certo. Porque diante da necessidade de adequar-se à nova realidade mundial e às normas internacionais de contabilidade foram modificadas.

Possibilitando a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo IASB e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela CVM com base nas normas internacionais de contabilidade.

QUESTÃO 74 (CRC 02/2015 - Prova de Bacharel)

De acordo com a definição de Ativo, constante na NBC TG Estrutura Conceitual, julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**.

I. Um bem do imobilizado que não tenha mais condição de ser usado e nenhum interesse do mercado por sua aquisição, sob qualquer forma, deve ser mantido no Ativo até que seja descartado fisicamente.

II. Bens sob arrendamento financeiro não devem ser reconhecidos nas demonstrações do arrendatário, mas nas demonstrações do arrendador, devido ao fato de não haver ocorrido a transferência

legal do bem, sendo facultado ao arrendatário apenas o seu uso e, não, a possibilidade de vendê-lo até que se obtenha a propriedade.

III. A alteração no uso de um ativo pode provocar alteração na sua capacidade de geração de fluxos de caixa futuros. Esse fato, todavia, não deve ensejar revisão de seu valor recuperável, uma vez que não lhe foi provocado nenhum dano, e os ativos são mensurados com base no custo histórico.

IV. Considerando-se que um dos principais recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros são os conhecimentos das pessoas e ainda que, atualmente, há possibilidade de se reconhecerem ativos intangíveis. Se uma determinada empresa tiver desenvolvido uma equipe com forte capacidade de sinergia com o mercado, que lhe permita gerar diferencial competitivo, deve reconhecer esse item em seu ativo, já que é resultado de eventos passados.

A sequência **CORRETA** é:

- a) F, F, F, F.
- b) F, V, F, V.
- c) V, F, V, F.
- d) V, V, V, V.

UNILEÃO
Centro Universitário

RESOLUÇÃO:

Item I: Errado, pois de acordo com a NBC TG 27, a partir do período em que o imobilizado não estiver mais em possibilidade de uso, o mesmo já poderia ter sido baixado, e não essencialmente descartado fisicamente para só depois baixar na contabilidade.

Item II: Errado, pois de acordo com a NBC TG 06, o arrendatário na condição de arrendamento financeiro é quem domina o recurso, ou seja, tem a responsabilidade sobre ele, como também dos riscos, perdas, manutenções, etc. E mesmo que não seja de seu domínio, deve ser reconhecido como ativo.

Item III: Errado, pois de acordo com a NBC TG 01, tendo em vista que se a alteração do ativo gerar mudanças expressivas na

capacidade de geração de fluxos de caixa futuros, a revisão de seu valor recuperável se fará necessário.

Item IV: Errado, pois de acordo com a NBC TG 04, considerando os benefícios econômicos gerados pelo conhecimento das pessoas para essa determinada empresa, não será o suficiente para se encaixar na conta do ativo intangível.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “A”.

QUESTÃO 75 (CRC 02/2015 - Prova de Bacharel)

De acordo com a Resolução n.º 750/93, com redação dada pela Resolução CFC n.º 1.282/10, relacione os Princípios de Contabilidade, elencados na primeira coluna, com a respectiva descrição, apresentada na segunda coluna, e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**.

1	Princípio da Competência	()	Refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.
2	Princípio da Entidade	()	O reconhecimento de receitas e despesas deve ocorrer nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.
3	Princípio da Oportunidade	()	Reconhece o patrimônio como objeto da contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a diferenciação de um patrimônio particular, entre outros patrimônios existentes.

A sequência **CORRETA** é:

- a) 3, 1, 2.
- b) 1, 3, 2.
- c) 2, 1, 3.
- d) 1, 2, 3.

RESOLUÇÃO:

De acordo com os princípios contábeis, o Art.9º dispõe que: O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se

referem, independentemente do recebimento ou pagamento. Parágrafo único. O Princípio da Competência pressupõe a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas.

De acordo com os princípios contábeis, o Art.4º dispõe que: O Princípio da ENTIDADE reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, o Patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.

De acordo com os princípios contábeis, o Art.6º dispõe que: O Princípio da Oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas. Parágrafo único. A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, por isso é necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “A”.

QUESTÃO 76 (CRC 01/2015 - Prova de Bacharel) Considerando o que estabelece a NBC TG 46 (R1)- Mensuração do Valor Justo, julgue os itens abaixo como verdadeiro(V) ou Falso(F) e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**:

I. A entidade deve mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, utilizando as premissas que os participantes do mercado usariam ao precificar o ativo ou o passivo, presumindo-se que os

participantes do mercado ajam em seu melhor interesse econômico.

II. A mensuração a valor justo está condicionalmente à existência de um preço de mercado diretamente observável em um mercado ativo.

III. O valor justo é definido como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

A sequência **CORRETA** é:

a) V, F, V.

b) V, V, F.

c) F, F, F.

d) V, V, V.

A presente questão aborda o conhecimento sobre a NBC TG 46 (R1), onde a mesma dispõe sobre a mensuração do valor justo.

Analisando os itens abordados na questão, o “I” trata sobre a mensuração do valor justo que diz respeito aos participantes do mercado, este por sua vez explorado no 22 da referida norma. Transcrevendo claramente o que a norma traz sobre OS PARTICIPANTES DO MERCADO. Tornando assim a alternativa verdadeira, uma vez que a mesma estar em conformidade com a norma de mensuração do valor justo.

Participantes do mercado:

22. A entidade deve mensurar o valor justo de um ativo ou passivo utilizando as premissas que os participantes do mercado utilizariam ao precificar o ativo ou o passivo, presumindo-se que os participantes do mercado ajam em seu melhor interesse econômico.

O item “II” por sua vez é FALSO, uma vez que o valor justo recebido da venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo não está condicionado ao preço diretamente observável, o mesmo pode ser estimado, ou até mesmo avaliado através de técnicas. Para melhor entendimento do item o mesmo é abordado no número 24 da norma.

Preço:

24. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada no mercado principal (ou mais vantajoso) na data de mensuração nas condições atuais de mercado (ou seja, preço de saída), independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado utilizando-se outra técnica de avaliação.

O item “III” aborda a definição do Valor justo, onde o mesmo transcreve o item 9, que fala da definição do mesmo segundo a norma de mensuração do valor justo, assim, sem modificações que alterasse a norma, o mesmo está correto.

Definição de valor justo:

9. Esta Norma define valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “A”.

QUESTÃO 77 (CRC 02/2015 - Prova de Bacharel)

Acerca da NBC TG 25 (R1)- Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**.

I. Presumindo-se que possa ser feita uma estimativa confiável, as provisões são reconhecidas como passivo porque são obrigações presentes, e é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação.

II. Passivos Contingentes não são reconhecidos como passivo porque são obrigações possíveis, visto que ainda há de ser confirmado se a entidade tem, ou não, uma obrigação presente que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou obrigações presentes que não satisfazem aos critérios de reconhecimento da NBC TG 25 (R1).

III. Os Ativos Contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis, pois tratam-se de resultados que virão a ser realizados.

Estão **CORRETOS** os itens:

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) I, II, III.
- d) II e III, apenas.

A questão aborda itens que dizem respeito à NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Onde a mesma deve ser analisada se os itens estão ou não de acordo com os preceitos trazidos pela norma.

Analisando o item “I” e “II” ambos falam distinção entre provisões e passivos contingentes estando os dois itens em conformidade com a norma, transcrevendo o que trata o número 13 da referida norma.

13. Esta Norma distingue entre:

- (a) provisões – que são reconhecidas como passivo (presumindo-se que possa ser feita uma estimativa confiável) porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- (b) passivos contingentes – que não são reconhecidos como passivo porque são:
 - (i) obrigações possíveis, visto que ainda há de ser confirmado se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos; ou

(ii) obrigações presentes que não satisfazem os critérios de reconhecimento desta Norma (porque não é provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação, ou não pode ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação).

O item “III”, fala que os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis, pois se trata de ativos que podem vir a ser realizados. Quando de fato os mesmos não podem ser reconhecidos, uma vez que não se sabe se irão ou não ser realizados. Como trata o número 33 da norma, estando assim em desacordo, logo será falso.

Ativo contingente:

33. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “A”.

QUESTÃO 78 (Banca FCC – TRT 3ª Região-MG, Analista Judiciário – Contabilidade, 2015)

Sobre os princípios éticos que o profissional de contabilidade deve seguir, considere:

I. Integridade: ser franco e honesto em todos os relacionamentos profissionais e comerciais.

II. Objetividade: não permitir que comportamento tendencioso, conflito de interesse ou influência indevida de outros afetem o julgamento profissional ou de negócio.

III. Comportamento profissional: cumprir as leis e os regulamentos pertinentes e evitar qualquer ação que desacredite a profissão.

IV. Sigilo profissional: respeitar o sigilo das informações obtidas em decorrência de relacionamentos profissionais e, portanto, não

divulgar nenhuma dessas informações a terceiros, mesmo que haja algum direito ou dever legal ou profissional de divulgação.

Está **CORRETO** o que se afirma em

- a) I, II e III, apenas.
- b) II, III e IV, apenas.
- c) I, II e IV, apenas.
- d) I, III e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

Todas estão corretas. Segundo a NBC PG 100 – Aplicação Geral aos Profissionais da Contabilidade. Os “5 Princípios Éticos”, que são: Integridade, Objetividade, Competência profissional e devido zelo, Sigilo profissional e Comportamento Profissional.

“100.5 O profissional da contabilidade deve cumprir os seguintes princípios éticos:”

- (a) Integridade – ser franco e honesto em todos os relacionamentos profissionais e comerciais.
- (b) Objetividade – não permitir que comportamento tendencioso, conflito de interesse ou influência indevida de outros afetem o julgamento profissional ou de negócio.
- (c) Competência profissional e devido zelo – manter o conhecimento e a habilidade profissionais no nível adequado para assegurar que clientes e/ou empregador recebam serviços profissionais competentes com base em desenvolvimentos atuais da prática, legislação e técnicas, e agir diligentemente e de acordo com as normas técnicas e profissionais aplicáveis.
- (d) Sigilo profissional – respeitar o sigilo das informações obtidas em decorrência de relacionamentos profissionais e comerciais e, portanto, não divulgar nenhuma dessas informações a terceiros, a menos que haja algum direito ou dever legal ou profissional de divulgação, nem usar as informações para obtenção de vantagem pessoal pelo profissional da contabilidade ou por terceiros.

(e) Comportamento profissional – cumprir as leis e os regulamentos pertinentes e evitar qualquer ação que desacredite a profissão.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “E”.

QUESTÃO 79 (CRC 01/2015 - Prova de Bacharel)

De acordo com a NBC TG Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, as características qualitativas são atributos que tornam as demonstrações contábil-financeiras úteis para seus usuários. Assinale a opção que apresenta as Características Qualitativas de Melhoria.

- a) comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade.
- b) compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade.
- c) relevância, materialidade, comparabilidade e compreensibilidade.
- d) tempestividade, confiabilidade, relevância e comparabilidade.

As características qualitativas de melhoria, como o próprio nome sugere, melhoram a qualidade e a utilidade das informações contábeis, auxiliando também na escolha das alternativas mais acertadas de retrata-las. Em concordância com a NBC TG Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, a única opção que traz apenas características qualitativas de melhoria é a letra A.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “A”.

QUESTÃO 80 (IESES – 2015 - MSGás – Analista Contábil)

A Resolução do CFC 1.180/09 estabelece as Provisões, Ativos e Passivos Contingentes. Observando as normas estabelecidas pela referida resolução assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos.
- b) Passivo Contingente é uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.
- c) Uma provisão deve ser reconhecida quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento futuro.
- d) Ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

RESOLUÇÃO:

UNILEÃO

CPC 25

Provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos.

Passivo contingente é:

- (a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou**
- (b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:
 - (i) não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou
 - (ii) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.

Ativo contingente

é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

Uma provisão deve ser reconhecida quando:

(a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;

RESPOSTA CORRETA: LETRA “C”.



QUESTÃO 81 A 90 - AUDITORIA E PERÍCIA

Assuntos abordados:

- Objetivos gerais do auditor e condução da auditoria
- Fraudes nas demonstrações contábeis
- Planejamento e documentação da auditoria (objetivos, atividades de planejamento e documentação)
- Amostragem e relatórios de auditoria
- Conceitos importantes de perícia
- Laudo, parecer e procedimentos periciais
- Responsabilidade pericial



QUESTÃO 81 (Exame de Suficiência 2015.1)

Um auditor, tendo obtido evidência de auditoria apropriada e suficiente, conclui que as distorções individualmente ou em conjunto, são relevantes e generalizadas para as demonstrações contábeis.

Diante dessas circunstâncias, deve o auditor:

- a) Abster-se de expressar uma opinião.
- b) Expressar uma opinião adversa.
- c) Declarar-se impedido de expressar uma opinião.
- d) Expressar uma opinião com ressalva.

RESOLUÇÃO:

*A alternativa correta correspondente a atitude que deve ser tomada pelo contador nesse caso, não é A, isso porque o auditor só pode abster-se de sua opinião quando não obtiver nas suas atividades de auditoria evidências de fato relevantes que assegurem sua opinião.

*A letra C também não é a alternativa correta, pois só existe abstenção de opinião nos seguintes casos:

-Quando não existir para o auditor possibilidade de obtenção de evidências suficientes para servir de comprovação;

-Quando o controle interno da empresa auditada e seus procedimentos se apresentarem tão inadequados a ponto de não servir como base para a realização das atividades de auditoria programadas.

-Quando o auditor for impedido de realizar quaisquer dos procedimentos usuais da auditoria.

-Quando os saldos e valores forem apresentados de modo incerto, tornando impossíveis de serem quantificados.

*A alternativa D também não corresponde a atitude correta do auditor numa situação como está, uma vez que o auditor expressa opinião com ressalva sob essas hipóteses:

-Diferença encontrada por erro na apuração de saldos;

-Adoção de procedimentos não aceitos, gerando diferenças;

-Ausência de evidências suficiente para comprovar, mas que na condição dê para quantificar diferenças máximas.

*Segunda a NBC TA 705, uma opinião adversa deve ser expressa pelo auditor quando a partir da obtenção de evidência suficiente, o mesmo possa concluir que há distorções relevantes e generalizadas, que influenciaram nas demonstrações contábeis. Portanto, fica explícito que a alternativa correta é a letra B.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “B”.

QUESTÃO 82 (Exame de Suficiência 2015.2)

De acordo com a NBC TA 240 – Responsabilidade do Auditor em Relação a Fraude no Contexto da Auditoria de Demonstrações Contábeis, **NÃO** constitui aspecto do qual decorre informação contábil fraudulenta:

- a) a aplicação incorreta intencional dos princípios contábeis relativos a valores, classificação, forma de apresentação ou divulgação.
- b) a manipulação, falsificação ou alteração de registros contábeis que serviram de base à elaboração de demonstrações contábeis.
- c) a mentira ou omissão intencional nas demonstrações contábeis de eventos, operações ou outras informações significativas.
- d) a utilização não intencional de processos matemáticos imprecisos para a realização de estimativas relacionadas a ajustes contábeis.

RESOLUÇÃO:

* Para efeito desta Norma, é importante ressaltar que a Fraude é o ato intencional, onde quem a comete tem a intenção de se beneficiar e consequentemente prejudicar alguém.

* A assertiva corresponde àquela que não constitui aspecto fraudulento, não é A pois a aplicação incorreta dos princípios foi intencional, confirmando assim uma fraude. O mesmo se repete nas alternativas B e C, uma vez que as atitudes mencionadas pelo

autor se trata de mentira, omissão intencional e falsificação. Dessa forma, usando a norma e a lógica, a alternativa correta é D, pois é considerado um erro o fato de ter utilizado sem intenção processos matemáticos imprecisos nas estimativas, não uma fraude.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “D”.

QUESTÃO 83 (EXAME DE SUFICIÊNCIA 2015.1)

De acordo com o que estabelece a NBC TA 530 – Amostragem em Auditoria, assinale a opção **INCORRETA**.

- a) Ao considerar as características da população da qual a amostra será extraída, o auditor pode determinar que a estratificação ou a seleção com base em valores é apropriada.
- b) Ao definir uma amostra, o auditor determina a distorção tolerável, para avaliar o risco de que o conjunto de distorções individualmente irrelevantes possa fazer com que as demonstrações contábeis apresentem distorções relevantes e forneça margem para possíveis distorções não detectadas.
- c) O tamanho da amostra é diretamente proporcional ao risco que o auditor está disposto a aceitar, ou seja, quanto menor o risco desejado, menor deve ser o tamanho da amostra.
- d) O tamanho da amostra pode ser determinado mediante aplicação de fórmula com base em estatística ou por meio do exercício do julgamento profissional.

RESOLUÇÃO:

* A alternativa A está correta, pois condiz com o artigo A8 contido no item 7 da NBC TA 530.

* A alternativa B também está correta, corresponde com o artigo A3.

* A alternativa C está incorreta - Conforme o artigo A10. ” O nível de risco de amostragem que o auditor está disposto a aceitar afeta o tamanho da amostra exigido. Quanto menor o risco que o auditor está disposto a aceitar, maior deve ser o tamanho da amostra.”, assim fica compreensivo que a alternativa está incorreta,

pois quanto menor o risco desejado, maior deve ser o tamanho da amostra e não menor, como mencionado na questão.

* A alternativa D também está correta, pois reitera o artigo A11.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “C”.

QUESTÃO 84 (Exame de Suficiência 2015.1)

De acordo com o que estabelece a NBC TA 200 - Objetivos Gerais do Auditor Independente Auditoria de Demonstrações Contábeis e a Condução da Auditoria, julgue os itens abaixo, como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**.

I. O objetivo da auditoria é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários, mediante a expressão de uma opinião pelo auditor sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável.

II. As demonstrações contábeis sujeitas à auditoria são as da entidade, elaboradas pela sua administração, com supervisão geral dos responsáveis pela governança. A auditoria das demonstrações contábeis não exime dessas responsabilidades a administração ou os responsáveis pela governança.

III. O conceito de materialidade é aplicado pelo auditor no planejamento e na execução da auditoria; e na avaliação do efeito de distorções identificadas sobre a auditoria, e de distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis.

A sequência **CORRETA** é:

- a) F,V,F.
- b) F,V,V.
- c) V,F,V.
- d) V,V,V.

RESOLUÇÃO:

*O item I está correto de acordo com o que está contido na NBC TA 200, item A3.

*O item II também está correto de acordo com o que está contido na NBC TA 200, item A4.

*O item III está correto de acordo com o que está contido na NBC TA 200, item A6, em concordância com a NBC TA 320, e NBC TA 450.

Contudo a sequência correta da questão encontra-se na letra “D”.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “D”.

QUESTÃO 85 (Exame de Suficiência 2015.1)

De acordo com o Código de Processo Civil–CPC, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**.

- a) Compete aos assistentes técnicos das partes indeferir quesitos impertinentes e formular os que entender necessários ao esclarecimento da causa.
- b) Compete aos advogados das partes indeferir quesitos impertinentes e formular os que entender necessários ao esclarecimento da causa.
- c) Compete ao perito-contador indeferir quesitos impertinentes e formular os que entender necessários ao esclarecimento da causa.
- d) Compete ao juiz indeferir quesitos impertinentes e formular os que entender necessários ao esclarecimento da causa.

RESOLUÇÃO:

De acordo com o Código de Processo Civil-CPC Art. 426. Compete ao juiz:

I - indeferir quesitos impertinentes;

*Descartando as alternativas incorretas acima, compete somente ao Juiz realizar este tipo de ação.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “D”.

QUESTÃO 86 (Exame de Suficiência 2015.2)

De acordo com a NBC TA 200 – Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria, Risco de Detecção é:

a) o risco de que o auditor expresse uma opinião de auditoria inadequada quando as demonstrações contábeis contiverem distorção relevante.

b) o risco de que os procedimentos executados pelo auditor, para reduzir o risco de auditoria a um nível aceitavelmente baixo, não detectem uma distorção existente que possa ser relevante, individualmente ou em conjunto com outras distorções.

c) o risco inerente à suscetibilidade de uma afirmação a respeito de uma transação, saldo contábil ou divulgação, a uma distorção que possa ser relevante, individualmente ou em conjunto com outras distorções, antes da consideração de quaisquer controles relacionados.

d) o risco que uma distorção pode causar em uma afirmação sobre uma classe de transação, saldo contábil ou divulgação, e que possa ser relevante, individualmente ou em conjunto com outras distorções.

RESOLUÇÃO:

Segundo a NBC TA 200 - OBJETIVOS GERAIS DO AUDITOR INDEPENDENTE E A CONDUÇÃO DA AUDITORIA EM CONFORMIDADE COM NORMAS DE AUDITORIA Risco de Detecção é o risco de que os procedimentos executados pelo auditor, para reduzir o risco de auditoria a um nível aceitavelmente baixo, não detectem uma distorção existente que possa ser relevante, individualmente ou em conjunto com outras distorções.

* A alternativa “a” cita o Risco de auditoria

* A alternativa “c” cita o Risco inerente

* A alternativa “d” cita o Risco de controle

RESPOSTA CORRETA: LETRA “B”.

QUESTÃO 87 (Exame de Suficiência 2015.2)

De acordo com a NBC TA 210 – Concordância com os Termos do Trabalho de Auditoria, analise os requisitos apresentados nos itens abaixo, quanto à obrigatoriedade de sua inclusão na carta de contratação de auditoria, e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**.

I. Objetivo e alcance da auditoria das demonstrações contábeis.

II. Identificação da estrutura de relatório financeiro aplicável para a elaboração das demonstrações contábeis.

III. Referência à forma e ao conteúdo esperados de quaisquer relatórios a serem emitidos pelo auditor, e uma declaração de que existem circunstâncias em que um relatório pode ter forma e conteúdo diferentes do esperado.

IV. As responsabilidades do auditor e as responsabilidades da administração, quanto ao trabalho de auditoria.

Devem ser incluídos na carta de contratação de auditoria os requisitos apresentados nos itens:

a) I e II, apenas.

b) I, II, III e IV.

c) II e III, apenas.

d) III e IV, apenas.

UNILEÃO
Centro Universitário

RESOLUÇÃO:

De acordo com a

NBC TA 210 – Concordância com os Termos do Trabalho de Auditoria

[...]

Acordo sobre termos do trabalho de auditoria

O auditor deve estabelecer como apropriado, os termos do trabalho de auditoria com a administração e os responsáveis pela governança (ver item A21).

Os termos do trabalho de auditoria estabelecidos devem ser formalizados na carta de contratação de auditoria ou outra forma adequada de acordo por escrito que devem incluir (ver itens A22 a A25):

*De acordo com o item 11, os itens I, II, III e IV mencionados acima estão corretos.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “B”.

QUESTÃO 88 (2015 - Banca: FUNCAB Órgão: PC-AC Prova: Perito Criminal – Contabilidade)

Os procedimentos periciais contábeis visam fundamentar o laudo pericial contábil e o parecer técnico contábil. O procedimento pericial caracterizado pela busca de informações mediante entrevista com conhecedores do objeto ou de fato relacionado à perícia, é denominado:

- a) Exame
- b) Vistoria
- c) Investigação
- d) Indagação
- e) Arbitramento

RESOLUÇÃO:

Segundo a NBC T 13 – DA PERÍCIA CONTÁBIL

O exame é a análise de livros, registros das transações e documentos.

A vistoria é a diligência que objetiva a verificação e a constatação de situação, coisa ou fato, de forma circunstancial.

A investigação é a pesquisa que busca trazer ao laudo pericial contábil ou parecer pericial contábil o que está oculto por quaisquer circunstâncias.

O arbitramento é a determinação de valores ou a solução de controvérsia por critério técnico.

Visto isso, conclui-se que a indagação é o único dos procedimentos periciais que se caracteriza pela busca por informações mediante entrevista com conhecedores do objeto da perícia.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “D”.

QUESTÃO 89 (Exame de Suficiência 2015.2)

Os Sócios "A", "C" e "D" de uma Sociedade Empresária decidiram excluir o Sócio "B" da sociedade. Para esse fim, solicitaram que o contador da empresa apresentasse o Balanço Patrimonial Especial em 31 de agosto de 2015, visando demonstrar ao Sócio "B" a sua parte nos haveres. O quadro de participação societária era assim constituído:

Sócio "A" 23,00%

Sócio "B" 12,00%

Sócio "C" 25,00%

Sócio "D" 40,00%

Após os ajustes, foi apresentado o Balanço Patrimonial Especial. O Patrimônio Líquido ficou assim representado:

Capital Subscrito R\$220.000,00

Reservas de Lucro R\$50.000,00

Prejuízos Acumulados (R\$40.000,00)

Lucro apurado até 31.8.2015 R\$80.500,00

Com base nos dados acima, em uma Perícia Contábil de Apuração de Haveres, o valor apurado para ser pago ao Sócio "B" é de:

- a) R\$9.660,00.
- b) R\$31.260,00.
- c) R\$37.260,00.
- d) R\$42.060,00.

RESOLUÇÃO:

Apuração de Haveres é o procedimento de avaliar o montante devido a sócio que se retira de uma sociedade limitada.

No Balanço Patrimonial, o Patrimônio Líquido ficou assim:

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	R\$ 310.500,00
Capital Subscrito	
	R\$ 220.000,00
Reservar de Lucro	
	R\$ 50.000,00
Lucros ou Prejuízos Acumulados	
	R\$ 40.500,00
Lucros Acumulados	
	R\$ 80.500,00
(-) Prejuízos Acumulados	
	R\$ 40.000,00

O sócio B tem 12% de participação societária, dessa forma ficará assim:

$$R\$310.500,00 \times 10\% = R\$37.260,00$$

RESPOSTA CORRETA: LETRA “C”.

QUESTÃO 90 (2015 - Banca: FUNCAB Órgão: PC-AC Prova: Perito Criminal - Contabilidade)

O perito-contador nomeado ou escolhido deve se declarar impedido quando não puder exercer suas atividades com imparcialidade, ocorrendo a seguinte situação:

- a) A matéria em litígio não ser de sua especialidade.
- b) Tiver interesse, direto ou indireto, por si, no resultado do trabalho pericial.
- c) Ser herdeiro presuntivo ou donatário de alguma das partes ou dos seus cônjuges.
- d) Ser inimigo capital de qualquer das partes.
- e) Ser devedor ou credor em mora de qualquer das partes.

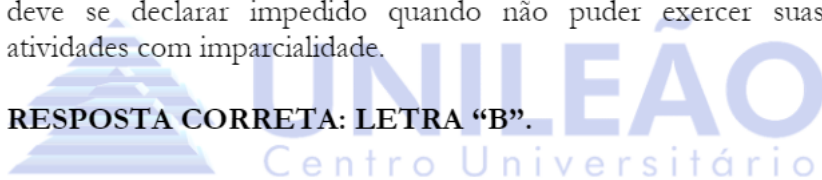
RESOLUÇÃO:

De acordo com as NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE NBC P 2 - NORMAS PROFISSIONAIS DO PERITO NBC P 2.3 IMPEDIMENTO E SUSPEIÇÃO

- Quando a matéria em litígio não é de sua especialidade, caracteriza-se como sendo impedimento técnico.
- Ser herdeiro presuntivo ou donatário de alguma das partes ou dos seus cônjuges, caracteriza-se como suspeição.
- Ser inimigo capital de qualquer das partes, caracteriza-se também como suspeição.
- Ser devedor ou credor em mora de qualquer das partes, também configura uma suspeição.

Desta forma, consuma-se que havendo interesse, direto ou indireto, por si, no resultado do trabalho pericial, haverá um impedimento legal, onde o perito-contador nomeado ou escolhido deve se declarar impedido quando não puder exercer suas atividades com imparcialidade.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “B”.



QUESTÃO 91 A 100 - PORTUGUÊS

Assuntos abordados:

- Morfologia
- Sintaxe
- Relações semânticas e período composto
- Regência nominal
- Crase
- Concordância nominal e verbal
- Ortografia
- Pontuação
- Colocação pronominal



QUESTÃO 91 (Ano: 2015; Banca: Objetiva. Órgão: Prefeitura de Porto Barreiro - PR. Prova: Advogado)

Assinalar a alternativa cuja oração apresenta um pronome indefinido:

- a) A minha casa está aberta para todos.
- b) Ninguém sabe quantos eram.
- c) Este é o livro que eu te dei?
- d) Tuas preocupações te inquietam?

RESOLUÇÃO:

A alternativa “a” apresenta o pronome “minha” que é um pronome possessivo. Alternativa errada.

A alternativa “b” apresenta o pronome “ninguém”. Alternativa correta, pois é o pronome indefinido, solicitado na questão.

A alternativa “c” apresenta o pronome “este” que é um pronome demonstrativo. Alternativa errada.

A alternativa “d” apresenta o pronome “tuas” que é um pronome demonstrativo. Alternativa errada.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “B”.

QUESTÃO 92 (Ano: 2015 Banca: OBJETIVA Órgão: Prefeitura de Porto Barreiro - PR Prova: Advogado)

Quanto ao emprego do acento indicativo de crase, analisar os itens abaixo:

- I - Voltarei à cidade natal no final do ano.
- II - Estou à disposição para sanar todas as dúvidas.

- a) Os itens I e II estão corretos.
- b) Os itens I e II estão incorretos.
- c) Somente o item I está correto.
- d) Somente o item II está correto.

RESOLUÇÃO:

O item I está correto, pois o verbo “voltarei” quando indica destino ou direção é classificado como transitivo indireto exigindo então uma preposição. Mediante essa exigência há a fusão da preposição “para” com o artigo feminino “a” indicando crase.

O item II está correto, pois ao substituir a palavra feminina “disposição” pela masculina “dispor” o “à” é substituído pela preposição “ao” e sempre que isso acontece usa-se o sinal indicativo de crase.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “A”.

QUESTÃO 93 (Ano 2015; Banca: FUNCAB. Órgão: FACELI. Prova: Professor - Língua Portuguesa).

Sobre os elementos destacados do fragmento “Se a morte havia sonhado com a esperança de alguma surpresa que a viesse distrair dos aborrecimentos da rotina, estava servida.”, leia as afirmativas.

I. O verbo “haver” como auxiliar da expressão HAVIA SONHADO fica no plural se o sujeito estiver no plural.

II. “DE ALGUMA SURPRESA” é objeto indireto da primeira oração.

III. QUE é uma conjunção integrante.

Está **CORRETO** o que se afirma em:

A) I, apenas.

B) II, apenas.

C) I e II, apenas.

D) I, II e III.

E) I e III, apenas.

RESOLUÇÃO:

a) Correta. Pois o verbo haver quando empregado como locução verbal, na função de verbo auxiliar do verbo principal (sonhar)

poderá flexionar para o plural para concordar com o sujeito As mortes. EX: Se as mortes haviam sonhado.

b) Incorreta. A expressão de alguma surpresa não é um objeto indireto e sim um complemento nominal, estando a preposição de ligada ao nome / substantivo (esperança) e não o verbo.

c) Incorreta. No item (I) o verbo auxiliar haver está empregado como locução verbal junto ao verbo principal sonhar concordando com o sujeito A morte no singular, podendo flexionar quando o sujeito for para o plural: As mortes; No item (II), temos complemento nominal e não objeto indireto.

d) Incorreta. No item (I), temos uma locução verbal formada pelo verbo auxiliar haver mais o principal sonhar com o valor de um único verbo, podendo flexionar de singular (havia) para plural (havam) para concordar com o sujeito plural: As mortes. No item (II) a expressão “de alguma surpresa” é um complemento nominal, estando a preposição de ligada ao nome/substantivo (esperança) e não a um verbo. No item (III) a palavra que exerce função de pronome relativo e não de conjunção integrante.)

e) Incorreta. No item (I) o verbo haver fica no plural, pois deverá flexionar para concordar com o sujeito plural; no item (II) temos um complemento nominal e não um objeto indireto; no item (III) a palavra que exerce função de pronome relativo e não de conjunção integrante.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “A”.

QUESTÃO 94 (Ano: 2015; Banca: FUNCAB. Órgão: FACELI.
Prova: Professor - Língua Portuguesa)

As intermitências da morte

(Fragmento)

A morte conhece tudo a nosso respeito, e talvez por isso seja triste. Se é certo que nunca sorri, é só porque lhe faltam os lábios, e esta lição anatômica nos diz que, ao contrário do que os vivos julgam, o sorriso não é uma questão de dentes. Há quem diga, com humor menos macabro que de mau gosto, que ela leva afivelada uma espécie de sorriso permanente, mas isso não é verdade, o que ela traz à vista é um esgar de sofrimento, porque a recordação do tempo em que tinha boca, e a boca língua, e a língua saliva, a persegue continuamente. Com um breve suspiro, puxou para si uma folha de papel e começou a escrever a primeira carta deste dia, Cara senhora, lamento comunicar-lhe que a sua vida terminará no prazo irrevogável e improrrogável de uma semana, desejo-lhe que aproveite o melhor que puder o tempo que lhe resta, sua atenta servidora, morte. Duzentas e noventa e oito folhas, duzentos e noventa e oito sobrescritos, duzentas e noventa e oito descargas na lista, não se poderá dizer que um trabalho destes seja de matar, mas a verdade é que a morte chegou ao fim exausta. Com o gesto da mão direita que já lhe conhecemos fez desaparecer as duzentas e noventa e oito cartas, depois, cruzando sobre a mesa os magros braços, deixou descair a cabeça sobre eles, não para dormir, porque morte não dorme, mas para descansar. Quando meia hora mais tarde, já refeita da fadiga, a levantou, a carta que havia sido devolvida à procedência e outra vez enviada, estava novamente ali, diante das suas órbitas atônitas.

Se a morte havia sonhado com a esperança de alguma surpresa que a viesse distrair dos aborrecimentos da rotina, estava servida. [...] Entre ire vir, a carta não havia demorado mais que meia hora, provavelmente muito menos, dado que já se encontrava em cima da mesa quando a morte levantou a cabeça do duro amparo dos antebraços, isto é, do cúbito e do rádio, que para isso mesmo é que são entrelaçados. Uma força alheia, misteriosa, incompreensível, parecia opor-se à morte da pessoa, apesar de a data da sua de

função estar fixada, como para toda a gente, desde o próprio dia do nascimento. É impossível, disse a morte à gadanha silenciosa, ninguém no mundo ou fora dele teve alguma vez mais poder do que eu. eu sou a morte, o resto é nada.

SARAMAGO, José. *As intermitências da morte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 139-40.

Em “CARA SENHORA, lamento comunicar-lhe que a sua vida terminará no prazo irrevogável e improrrogável de uma semana.” os termos destacados compõem a função de:

- A) vocativo.
- B) aposto.
- C) sujeito.
- D) adjunto adnominal.
- E) complemento nominal.

RESOLUÇÃO:

- a) Correta. “CARA SENHORA” Não é sujeito, nem predicado e sim um vocativo, pois faz uma interpelação.
- b) Incorreta. A oração não apresenta aposto, uma vez que o aposto é um termo que se une a outro termo de mesmo valor para especificá-lo melhor.
- c) Incorreta. O termo em destaque é uma expressão de chamamento sendo o sujeito desta oração elíptico.
- d) Incorreta. Não há presença de adjunto adnominal em tal enunciado, uma vez que este tem a função de especificar um sujeito.
- e) Incorreta. O complemento nominal não está presente na oração, todavia o mesmo se aplica a um substantivo, adjetivo ou advérbio e exerce função de completar o sentido de um nome / substantivo.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “A”.

QUESTÃO 95 (Ano: 2015; Banca: CESPE. Órgão: TCE-RN. Prova: Assessor Técnico Jurídico)

Os primeiros vestígios de atividade contábil foram encontrados na Mesopotâmia, por volta de 4.000 a.C. Inicialmente, eram utilizadas fichas de barro para representar a circulação de bens, logo substituídas por tábuas gravadas com a escrita cuneiforme. Portanto, os registros contábeis não só antecederam o aparecimento da escrita como subsidiaram seu surgimento e sua evolução. Embora a fiscalização de contas conste de registros mais antigos, prática já exercida por escribas egípcios durante o reinado do faraó Menés I, foi na Grécia que se configurou o primeiro esboço de um tribunal de contas, formado por dez tesoureiros, guardiões da administração pública. Contudo, somente em Roma, a contabilidade atingiu sua mais alta expressão com a sistematização de mecanismos de controle que, por gozarem de estatuto jurídico preeminente, influenciaram todo o Ocidente e as civilizações modernas.

Cristina Brito. *Uma breve história do controle*. Salvador: P55 edições, 2015, p. 15. Internet: <www.tce.ba.gov.br> (com adaptações).

Considerando as estruturas linguísticas e os sentidos do texto *Uma breve história do controle*, julgue o próximo item.

O adjetivo “preeminente” (L.15) pode ser substituído pelo adjetivo proeminente.

- () Certo
() Errado

RESOLUÇÃO:

A palavra “preeminente” pode ser substituída por “proeminente”, por serem sinônimas, logo não altera o sentido do texto.

Resposta correta: Certo.

QUESTÃO 96 (Ano: 2015 Banca: Fundação Carlos Chagas Órgão: TRT - 3ª Região MG).

Está redigida corretamente, quanto à ortografia e à acentuação gráfica, a frase:

- a) A louza tradicional foi substituída por uma exposição em PowerPoint na aula que teve como expectadores uma equipe de insignes cientistas chineses.
- b) O intuito da aula de Xiaomei consistiu em exibir as habilidades da robô, que, além de dispor de um notável repertório de informações, traz funções de interação.
- c) O evento ocorrido na Universidade Jiujiang deve sucitar não apenas a curiosidade dos sinólogos, estudiosos da cultura chinesa, mas do publico de um modo geral.
- d) Xiaomei concluiu sua aula de maneira exitosa e os cientistas julgaram que a robô não teve um mal desempenho, embora ainda existam alguns ítems a ser aprimorados.
- e) O juri de cientistas que examinaram a atuação de Xiaomei era restrito, mas, graças às redes sociais, a notícia da robô se estendeu rapidamente pelo mundo todo.

RESOLUÇÃO:

A) Louza é escrito com S e não com Z, expectadores está na frase com o sentido de quem assiste algo, então deve ser grafado com S e a palavras insignes não é acentuada.

B) Correta

- C) Público possui acento por ser proparoxítona e Suscitar deve ser escrito com SC.
- D) Itens é uma paroxítona não acentuada. Pelo sentido da frase a palavra “Mal” deve ser escrita com “u” no final.
- E) Júri é uma paroxítona acentuada e a palavra Estendeu é escrita com S.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “B”.

QUESTÃO 97 (Ano: 2015; Banca: FCC. Órgão: TRE-AP. Prova: Técnico Judiciário - Administrativa)

Recém-chegado a Roma em 1505, Michelangelo Buonarroti foi contratado para fazer aquela que vislumbrava como a obra de sua vida. O jovem que acabara de se consagrar como escultor do Davi recebeu a incumbência de criar o futuro túmulo do papa Júlio II. O projeto consistia no maior conjunto de esculturas desde a antiguidade. Mas Júlio II mudou de ideia: antes de fazer o túmulo, resolveu reconstruir a Catedral de São Pedro. Com o adiamento, Michelangelo recebeu um prêmio de consolação: pintar o teto de uma capela de uso reservado que se encontrava em estado deplorável. Michelangelo resistiu a pintar a capela não apenas por julgar que seria um projeto menor. Relatos indicam que, na raiz disso, havia uma forte insegurança. O artista, que se considerava um escultor, cortava de forma peremptória quando lhe pediam uma pintura: “não é minha profissão”. Hoje, é curioso imaginar que o criador do teto da Capela Sistina possa ter resistido a seu destino. Michelangelo fez fortuna servindo a sete papas e a outros tantos notáveis, como o clã florentino dos Medici. Nem sempre, porém, entregava o que prometia. Para sobreviver, enfim, Michelangelo teve de enfrentar questões que afligem os seres humanos em qualquer tempo. Como no caso de sua resistência a trocar a escultura pela pintura, quem nunca tremeu nas bases ao ser forçado a sair de sua zona de conforto? Em matéria de pressão competitiva, a arte renascentista não diferia tanto do ambiente de

busca pelo alto desempenho das corporações modernas. O jovem Michelangelo penou para demonstrar o valor de seu gênio numa Florença dominada por estrelas veteranas como Leonardo da Vinci. O corpo humano foi o campo de batalha artística de Michelangelo. Como definiu o pintor futurista Umberto Boccioni (1882-1916), essa era sua “matéria arquitetônica para a construção dos sonhos”. Michelangelo criou corpos perfeitos, mas irreais: o Davi tem musculatura de homem adulto, mas complexão de menino. Com isso, o artista resgatava a imagem juvenil dos deuses gregos.

(Adaptado de Revista VEJA. Edição 2445, 30/09/2015).

Michelangelo resistiu a pintar a capela...

...que afligem os seres humanos...

O jovem Michelangelo penou para demonstrar o valor de seu gênio...

Fazendo-se as alterações necessárias, os elementos sublinhados acima foram corretamente substituídos por um pronome, respectivamente, em:

- (A) lhe pintar – lhes afligem – o demonstrar
- (B) pintar-lhe – afligem-nos – demonstrar-lhe
- (C) pintá-la – afligem-lhes – demonstrá-lo
- (D) pintá-la – os afligem – demonstrá-lo
- (E) pintar-lhe – os afligem – lhe demonstrar

RESOLUÇÃO:

(A) lhe pintar – Em Michelangelo resistiu a pintar a capela... pintar é um verbo transitivo direto, e o pronome oblíquo lhe é substituto dos objetos indiretos.

lhes afligem – Em ...que afligem os seres humanos... afligem é um verbo transitivo direto, e o pronome oblíquo lhes é substituto dos objetos indiretos.

o demonstrar – Em O jovem Michelangelo penou para demonstrar o valor do seu gênio... não existe nenhum fator que justifique próclise.

(B) pintar-lhe – Em Michelangelo resistiu a pintar a capela... pintar é um verbo transitivo direto, e o pronome oblíquo lhe é substituto dos objetos indiretos.

afligem-nos – Em ...que afligem os seres humanos... em frases introduzidas por um pronome relativo (que) usa-se próclise.

demonstrar-lhe - Em O jovem Michelangelo penou para demonstrar o valor do seu gênio... demonstrar é um verbo transitivo direto, e o pronome oblíquo lhes é substituto dos objetos indiretos.

(C) pintá-la – correto

afligem-lhes – Em ...que afligem os seres humanos... em frases introduzidas por um pronome relativo (que) usa-se próclise.

demonstrá-lo – correto

(D) pintá-la - está correto pois em Michelangelo resistiu a pintar a capela... pintar é um verbo transitivo direto, por ser terminado em “r” pode ser substituído por Lo, Los, La e Las, como o objeto direto (a capela) está no feminino e no singular essa substituição será por La. Usa-se ênclise por não haver nenhum fator de próclise ou mesóclise.

os afligem - Em ...que afligem os seres humanos... o verbo é transitivo direto e o seu objeto direto (os seres humanos) terá que ser substituído por um pronome correspondente (o, os, a, as), como o objeto direto está no plural e masculino usa-se “os” e nessa oração existe um fator de próclise, o pronome relativo que.

demonstrá-lo - Em O jovem Michelangelo penou para demonstrar o valor do seu gênio... demonstrar é um verbo transitivo direto, por ser terminado em “r” pode ser substituído por Lo, Los, La e Las, como o objeto direto (o valor do seu gênio) está no masculino

e singular essa substituição será por Lo. Usa-se ênclise por não haver nenhum fator de próclise ou mesóclise.

(E) pintar-lhe - Em Michelangelo resistiu a pintar a capela... pintar é um verbo transitivo direto, e o pronome oblíquo lhe é substituto dos objetos indiretos.

os afligem – correto

lhe demonstrar - Em O jovem Michelangelo penou para demonstrar o valor do seu gênio... demonstrar é um verbo transitivo direto, e o pronome oblíquo lhe é substituto dos objetos indiretos.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “D”.

QUESTÃO 98 (Ano: 2015.2 - Exame de Suficiência, Bacharel em Ciências Contábeis)



Leia o texto a seguir para responder às próximas perguntas.

Em Roma, faça como os brasileiros

Os romanos vivem a primeira hiperinflação da história. Os alemães batem a marca de 1.000% ao mês. Os húngaros, a de 1.000.000%. Mesmo assim, só existe um Pelé no mundo da inflação: o Brasil.

- 1 A economia é burra. Ou, pelo menos, mais simples do que parece. Tão simples quanto um aquário de um peixe só. Se você jogar ração de menos ali, o bichinho morre de fome; se der de mais, a ração rouba oxigênio da água, e o peixe sufoca.
- 5 O dinheiro é a ração da economia. Se o governo imprimir de menos, ela morre de fome – ninguém produz mais nada, porque ninguém vai ter dinheiro para comprar mais nada. Só que, se você dá de mais, ela afoga de tanta moeda. A inflação sufoca a economia.
Na Grécia Antiga, souberam manter o peixinho da economia saudável.
- 10 Na hora em que a economia deu sinais de fome, eles aumentaram a quantidade de dinheiro. E o Estado cortou um pouco a quantidade de prata em cada moeda para ter como produzir mais moeda.
Se exagerassem na dose, o remédio seria tão ruim quanto a doença. Mas souberam segurar as pontas. Em Roma, porém, a história foi diferente.
- 15 Quando tentaram a mesma solução por lá, o peixe da economia acabou sufocado, e a consequência desse assassinato foi trágica: um período de estagnação econômica que você conhece como Idade Média.
E tudo tinha começado tão bem... Roma nasceu no século VIII a.C. como uma aldeiazinha. Em 500 a.C. já era uma república, com senado e tudo.
- 20 Mas ainda não usavam moedas por lá. O dinheiro ainda eram barras de cobre, sacas de trigo, pepitas de sal grosso. A ideia de cunhar discos de metal só chegaria por volta de 300 a.C. Foi mais uma coisa que eles copiaram dos gregos, além do Panteão divino e da ideia de ter um governo mais ou menos democrático. Era natural: cidades bem próximas de Roma, como Nápoles e outras do sul da Península Itálica, eram gregas antes de serem anexadas pelos romanos. Então já usavam dracmas, a moeda helênica. Como ideia boa pega, não deu outra: Roma começou a cunhar seu próprio dinheiro.
- 25 Foi a melhor atitude que poderiam ter tomado. A introdução do dinheiro serviu de combustível para a expansão das fronteiras do futuro império mais importante da história. [...]
- 30

Alexandre Versignassi. *Crash: uma breve história da economia* – da Grécia Antiga ao século XXI. São Paulo: Leya, 2011. p. 49.

A respeito das justificativas para o emprego de sinais de pontuação, identifique o item **INCORRETO**.

- a) O uso do ponto-e-vírgula, na linha 3, indica a oposição entre as ideias por ele separadas.
- b) Na linha 6, o emprego do travessão contribui para a construção dos sentidos de efeito e causa que culminam no segundo enunciado.

- c) Na linha 18, o uso de reticências marca enumeração inconclusa.
- d) O emprego dos dois-pontos na linha 24 introduz o esclarecimento ou a explicação do que se disse na oração anterior.

RESOLUÇÃO:

- A) Correta, pois está dando sentido de oposição de ideias, mostrando o que acontece se “jogar menos razão” e se “jogar mais razão”.
- B) Correta, pois ao esclarecer o porquê “ela morre de fome”, está complementando e contribuindo no sentido do primeiro enunciado.
- C) Incorreta, o uso da reticência nessa frase indica uma interrupção do pensamento, um sentimento de reflexão, e não uma enumeração inconclusiva, pois o texto continuou em seguida.
- D) Correta, o uso dos dois pontos está visivelmente “esclarecendo” ou “explicando” o que foi dito na frase anterior.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “C”.

QUESTÃO 99 (Ano: 2015,2 - Exame de Suficiência. Bacharel em Ciências Contábeis)

De acordo com o texto anterior, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) o emprego de formas verbais “souberam”, “aumentaram”, “exagerassem” e “tentaram”, no terceiro e no quarto parágrafos, revela que o conceito de “Estado”, no singular, requer a ideia de plural.
- b) o uso do diminutivo, em “aldeiazinha” (l. 19), aumenta a ideia de pequenez e simplicidade que marcou o nascimento de Roma.
- c) a cunhagem de moedas é anterior à República romana.
- d) a introdução do dinheiro alimentou a expansão do império romano.

RESOLUÇÃO:

A) INCORRETA, pois essas formas verbais não se referem a “Estado” e sim a outros termos do texto e com contexto diferentes naquela época, tais como “Mercado Econômico”, “Consumidores” e “Governo”.

B) CORRETA, pois esse termo confirma que Roma realmente começou pequena e depois com o passar do tempo foi se expandindo, como confirma o seguinte trecho: “Roma nasceu no século VIII a.C. como uma aldeiazinha. Em 500 a.C. já era uma república, com senado e tudo.” (l. 19 – 20)

C) CORRETA, pois o texto afirma que eles usavam barras de cobre, sacas de trigo e pepitas de sal grosso como moeda de troca e que somente depois, eles copiaram a ideia do uso de moeda cunhada dos gregos, como confirma o seguinte trecho: “Mas ainda não usavam moedas por lá. O dinheiro ainda eram barras de cobre, sacas de trigo, pepitas de sal grosso. A ideia de cunhar discos de metal só chegaria por volta de 300 a.C. Foi mais uma coisa que eles copiaram dos gregos...” (l. 20 – 23)

D) CORRETA, pois o texto confirma isso quando diz que “A introdução do dinheiro serviu de combustível para a expansão das fronteiras do futuro império mais importante da história.” (l. 28 – 29), foi a monetarização de Roma, fator de extrema importância para seu apogeu enquanto império.

RESPOSTA CORRTA: LETRA “A”.

QUESTÃO 100 (Ano: 2015; Banca: CESPE. Órgão: TRE-RS.
Prova: Analista Judiciário)

1 O sistema de votação manual pode ser vulnerável,
favorecendo a prática de atos que têm por objetivo fraudar a
manifestação da vontade do eleitor. Entre essas práticas,
4 pode-se citar o chamado “voto carreirinha”. Nesse tipo de
fraude, um eleitor, valendo-se da desatenção ou mesmo da
conivência dos componentes da mesa, deixa de depositar a
7 cédula na urna, colocando, em seu lugar, algum pedaço de
papel assemelhado. Então, a cédula oficial não depositada é
entregue para outro eleitor, já preenchida, que a coloca na urna
10 e deixa a seção eleitoral portando a cédula em branco recebida
do mesário.

Outra fraude muito comum é o chamado “mapismo”.
13 Após a apuração dos votos de determinada urna, o mapa
resultante é alterado para que se beneficie algum candidato. O
fraudador se vale da colaboração de algum escrutinador e da
16 desmobilização da fiscalização para alterar o mapa com o
resultado da votação daquela urna. A fraude é favorecida pela
quantidade de pessoas que se aglomeram nos locais de
19 apuração, o que dificulta sobremaneira a fiscalização das
atividades pelos representantes dos partidos políticos, bem
como pelos integrantes da justiça eleitoral.

22 A necessidade de convocação de grande número de
eleitores para atuar como escrutinadores também traz grande
malefício. Os escrutinadores podem passar dias afastados de
25 seus locais de trabalho no desenrolar do processo de apuração
de votos, e, depois, ainda fazem jus a período de afastamento
do trabalho por tempo equivalente. Com isso, o país deixa de
28 contar com tal força de trabalho, o que prejudica,
sobremaneira, a produção de bens e serviços.

Considerando os aspectos gramaticais do texto Voto eletrônico, assinale a opção **CORRETA**.

- a) Os termos “de convocação” (l.22) e “de grande número de eleitores” (l. 22 e 23) desempenham a mesma função sintática.
- b) A partícula “se”, em “valendo-se” (l.5), classifica-se como pronome reflexivo.
- c) As palavras “recebida” (l.10) e “afastados” (l.24) desempenham, nos períodos em que ocorrem, a mesma função sintática.
- d) As palavras “muito” (l.12) e “grande” (l.22) desempenham a função de adjuntos adverbiais nas orações em que ocorrem.
- e) Os termos “pela quantidade de pessoas” (l. 17 e 18) e “pelos representantes dos partidos políticos” (l.20) funcionam como agentes da passiva das orações em que ocorrem.

RESOLUÇÃO:

A) CORRETA

“de convocação” e “de grande número de eleitores”

Ambos os termos grifados são introduzidos por preposição e ligam-se a substantivos abstratos derivados de verbo (necessitar, convocar).

B) ERRADA

“valendo-se da desatenção”.

O termo é introduzido por preposição (de + a), liga-se a verbo e completa seu sentido (quem se vale se vale de algo).

É objeto indireto.

C) ERRADA

“portando a cédula em branco recebida do mesário” e “Os escrutinadores podem passar dias afastados”.

O primeiro termo caracteriza substantivo concreto (cédula), não é introduzido por preposição e é variável (cédulas recebidas).

É adjetivo, com função de adjunto adnominal.

O segundo qualifica o sujeito (Os escrutinadores ficam afastados), não é introduzido por preposição e é variável (está no plural). É adjetivo, mas não faz parte do termo sintático a que se refere (sujeito) e liga-se a verbo (passam afastados).

É predicativo do sujeito.

D) ERRADA

“Outra fraude muito comum” e “convocação de grande número”.

O primeiro termo liga-se a adjetivo (comum), tem valor de intensidade e é invariável (fraudes muito comuns).

É advérbio, com função de adjunto adverbial.

O segundo liga-se a substantivo (número), atribui a ele uma qualidade e é variável (convocação de grandes números).

É adjetivo, com função de adjunto adnominal.

E) ERRADA

“A fraude é favorecida pela quantidade de pessoas” e “dificulta a fiscalização das atividades pelos representantes dos partidos políticos”.

O primeiro termo é introduzido por preposição (por + a) e pratica a ação de uma frase na voz passiva (ser + particípio). Veja que é possível colocar o período na voz ativa, e o elemento destacado passa a ser o sujeito (A quantidade de pessoas favorece a fraude).

É agente da passiva.

O segundo é introduzido por preposição (por + a), liga-se a substantivo abstrato (fiscalização) e tem sentido ativo (os representantes fiscalizam).

É adjunto adnominal.

RESPOSTA CORRETA: LETRA “A”.